

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**Cassiel Henrique Moreira**

**LUTAS POR RECONHECIMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA  
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

Santa Maria, RS  
2022

**Cassiel Henrique Moreira**

**LUTAS POR RECONHECIMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA  
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título  
de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof Dr. Alisson Vicente Zarnott

Santa Maria, RS  
2022

Moreira, Cassiel Henrique

LUTAS POR RECONHECIMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS  
DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL / Cassiel  
Henrique Moreira.- 2022.

74 p.; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2022

1. Comunidades Quilombolas 2. Reconhecimento 3.  
Políticas Públicas I. Título.

**Cassiel Henrique Moreira**

**LUTAS POR RECONHECIMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA  
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título  
de **Mestre em Extensão Rural**.

**Aprovado em 20 de abril de 2022.**

---

**Alisson Vicente Zarnott, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Márcio Zamboni Neske, Dr. (UERGS)**

---

**Marcos Botton Piccin, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS,  
2022

## SÓ QUANDO

*Só quando se houver completamente  
apagado em nosso ser  
o mal que nos fizestes  
as nódoas que imprimistes  
no punho – algemas  
nos pés – grilhões  
no dorso – látigo  
no rosto cuspe  
no ouvido – gritos  
palavras de nojo e desprezo  
e em nossa memória o passado  
com que nos marcastes a fundo...*

*Só quando não for em vão quereremos  
trocar lembranças por olvido  
berros por canto, música  
ferros por dança, esporte  
chicotes por roupas, aplausos  
escarros por risos, teatro  
algema por discurso, liberdade...*

*Só quando nos cansarmos de saber  
responder ao passado com lembrança  
à algema com algema  
aos ferros com grilhões  
aos gritos com berro  
ao látigo com relho  
ao cuspe com escarro  
ao nojo com desprezo*

*Só quando não estivermos*

*condicionados a vós  
e sim de novo plenamente donos  
de nossa condição  
só então  
é possível  
quem sabe?  
Talvez...*

*Oliveira Silveira, 1970, p. 38-39*

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

## **LUTAS POR RECONHECIMENTO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL**

AUTOR: Cassiel Henrique Moreira

ORIENTADOR: Dr. Alisson Vicente Zarnott

No Brasil você fazer parte de alguma minoria social não é uma simples tarefa, pois, mesmo que nossa imagem de país seja de ser uma população cordial, receptiva, alegre, na realidade, para os seus conterrâneos, somos um país violento, preconceituoso, e que “mata”, privando sua população de direitos básicos, como moradia, alimentação, educação, emprego, saneamento básico. Esses seres que não tem acesso a esses direitos, geralmente tem características semelhantes, são negros, pobres, periféricos, resultado da construção desta nação, de uma história que não foi reparada, estamos falando da população negra que foi escravizada, e que por anos e anos vem lutando para garantir o que é de direito básico de toda população. Nesse sentido, para melhor entender como foi o processo da população negra quilombola na história, e quais foram as mudanças causadas a partir deste reconhecimento, e se por meio deste reconhecimento houveram impactos em relação ao acesso de políticas públicas. A partir disso, esta dissertação buscou por meio das experiências de duas Comunidades Quilombolas da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul analisar sua trajetória e suas experiências mediante a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, a qual considera o reconhecimento em três esferas, o amor, o direito e a solidariedade, envolvendo as relações primárias, o estado e a sociedade, para isso, foi realizado também uma pesquisa bibliográfica a respeito da teoria e do tema, atrelado a uma pesquisa documental, contando ainda com entrevistas com integrantes das comunidades, instituições parceiras, poderes públicos e demais agentes envolvidos. Desta forma, a dissertação foi dividida em três capítulos, o primeiro abordando o reconhecimento na esfera do amor, analisando os efeitos das relações primárias para o autoreconhecimento e a formação de uma identidade, no segundo capítulo é tratado das políticas públicas e o direito, apresentando a trajetória desde a criação até o acesso de políticas públicas, como a de titulação de terras, saúde, extensão rural e como foi feito o acesso por essas comunidades. O último capítulo aborda a criação das associações quilombolas e o seu efeito dentro da sociedade, por meio do reconhecimento e da sua importância para os seus membros e setores da sociedade, como movimentos sociais e até mesmo poderes públicos. Portanto, por meio do estudo foi possível analisar a importância da ancestralidade para as comunidades quilombolas, para formação da identidade e manutenção da mesma, pois ao saber de sua história os faz ser quem são, outro aspecto evidenciado foi o medo de não haver uma continuidade, pois a juventude é um dos desafios. Quanto ao reconhecimento legal, foi verificado o impacto do certificado de reconhecimento emitido pela Fundação Palmares no acesso de políticas públicas, exemplo disso está no acesso à energia elétrica e melhoria de moradias. Contudo, ainda assim, algumas dificuldades permanecem, a luta segue constante, buscando por meio de parcerias a manutenção de direitos e a criação de novas oportunidades, visando melhores condições de vida para sua população.

**Palavras-chave:** Comunidades Quilombolas. Reconhecimento. Políticas Públicas.



## **STUGGLES FOR RECOGNITION IN QUILOMBOLA COMUNITIES ON THE WESTERN BORDER OF RIO GRANDE DO SUL**

In Brazil, being part of a social minority is not a simple task, because, even though our country image is being a cordial, receptive and happy population, in reality, for its fellow countrymen, we are a violent and prejudiced country, that “kills”, depriving its population of basic rights, such as housing, food, education, employment and basic sanitation. These beings who do not have access to these rights usually have similar characteristics, they are black, poor, peripheral, the result of the construction of this nation, of a history that has not been repaired, we are talking about the black population that was enslaved, and that for years and years has been fighting to guarantee what is the basic right of the entire population. In this sense, to better understand how the process of the black quilombola population was in history, and what were the changes caused from this recognition, and if through this recognition there were impacts in relation to the access of public policies. Based on that, this dissertation sought, through the experiences of two Quilombola Communities on the West Frontier of Rio Grande do Sul, to analyze their trajectory and experiences through Axel Honneth's theory of recognition, which considers recognition in three spheres, love, law and solidarity, involving primary relationships, the state and society, for this, a bibliographic research was also carried out on the theory and the theme, linked to a documentary research, with interviews with members of the communities, institutions partners, public authorities and other agents involved. In this way, the dissertation was divided into three chapters, the first addressing recognition in the sphere of love, analyzing the effects of primary relationships for self-recognition and the formation of an identity, in the second chapter it deals with public policies and law, presenting the trajectory from the creation to the access of public policies, such as land titling, health, rural extension and how access was made by these communities. The last chapter addresses the creation of quilombola associations and their effect within society, through recognition and their importance to their members and sectors of society, such as social movements and even public authorities. Therefore, through the study, it was possible to analyze the importance of ancestry for quilombola communities, for the formation of identity and maintenance of it, because knowing their history makes them who they are, another aspect evidenced was the fear of not having a continuity, because youth is one of the challenges. As for legal recognition, the impact of the recognition certificate issued by the Palmares Foundation on access to public policies was verified, an example of which is access to electricity and housing improvement. However, even so, some difficulties remain, the struggle remains constant, seeking through partnerships to maintain rights and create new opportunities, aiming at better living conditions for its population.

**Key Words:** Quilombola communities. Recognition. Public Policies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Comunidade Caleira .....	17
Figura 2- Mapa da comunidade Ibicuí da Armada .....	18
Figura 3 - Estrada que leva até a comunidade Ibicuí.....	30
Figura 4- Estrada que leva até a comunidade Caleira.....	32
Figura 5 - Placa informativa na localidade.....	33
Figura 6 - Almoço em alusão ao dia da consciência negra .....	35
Figura 7 - Sede da Comunidade Ibicuí da Armada.....	49
Figura 8 - Entrega de Cestas Básicas a Comunidade Quilombola Caleira .....	51
Figura 9 - Aquisição de equipamentos.....	62

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Comunidades Quilombolas da Fronteira Oeste do RS .....	15
Quadro 2 - Comunidades Quilombolas situadas no Pampa Brasileiro .....	28
Quadro 3 - Leis e decretos voltados aos territórios das Comunidades Quilombolas no Brasil	44

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 SER QUILOMBOLA: IDENTIDADE E RECONHECIMENTO</b> .....	20
2.1 INTRODUÇÃO .....	20
2.2 IDENTIDADE QUILOMBOLA .....	22
2.3 O RECONHECIMENTO E A AUTOCONFIANÇA, PERSPECTIVAS DA TEORIA DE AXEL HONNETH.....	25
2.4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PAMPA .....	27
2.5 COMUNIDADE QUILOMBOLA IBICUI DA ARMADA .....	29
2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	36
2.8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	37
<b>3 A TRAJETÓRIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS A PARTIR DO RECONHECIMENTO JURÍDICO ATÉ O ACESSO DE POLÍTICAS</b> .....	40
3.1 INTRODUÇÃO .....	40
3.2 UM BREVE RESGATE DA TRAJETÓRIA DA LEGILAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	42
3.3 AXEL HONNETH E A ESFERA DO DIREITO.....	45
3.4 AS EXPERIÊNCIAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS IBICUI DA ARMADA E CALEIRA .....	48
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	51
3.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	53
<b>4 AS ASSOCIAÇÕES QUILOMBOLAS E O SEU PAPEL NO RECONHECIMENTO</b> .....	54
4.1 INTRODUÇÃO .....	54
4.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E AS ASSOCIAÇÕES QUILOMBOLAS .....	56
4.3 ESFERA DA SOLIDARIEDADE E AUTOESTIMA DE AXEL HONNETH.....	58
4.4 ASSOCIAÇÃO IBICUI DA ARMADA.....	60
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
<b>ANEXO – CARTA ABERTA</b> .....	72

## 1 INTRODUÇÃO

Existe uma história do povo negro sem o Brasil, mas não existe uma história do Brasil sem o povo negro. Assim retrata Januário Garcia, fotógrafo, negro e brasileiro.

Desde o período da escravidão até os dias atuais, inúmeras foram as maneiras de desrespeito com esta população, tendo seu início na retirada violenta e sangrenta de seus locais de origem, com o objetivo de serem traficadas para as Américas e Europa, onde foram vendidas, violentadas, forçadas a uma série de atividades. Além disso, sua religião e cultura não eram permitidas de serem expressas e cultuadas, causando marcas profundas e muitas vezes irreparáveis.

No período da escravidão no Brasil, a sociedade não considerava o povo negro como humanos, mas sim como objetos. No livro *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre ao se referir a relação entre meninos brancos e meninos escravos, relata que eles “crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce os seus caprichos” (FREYRE, 2003, p. 217).

Ainda antes da abolição, a sociedade buscava mecanismos para evidenciar as diferenças entre os brancos e os negros afim de colocá-los em posições desfavoráveis, como foi o caso da Lei de Terras<sup>1</sup>, lei esta que foi publicada em 1850 e fazia distinção entre os brasileiros de direito e os libertos, como eram mencionados os ex-escravos. Devido a essas restrições e distinções, mesmo os negros que herdaram ou realizaram a compra de suas terras, e tendo posse de testamentos e documentos, acabaram sendo expulsos destes locais (LOBÃO, 2014).

Infelizmente, a sociedade brasileira ainda hoje inferioriza e coloca a população negra às margens da sociedade, pois mantém uma estratégia de silenciamento e opressão, através da precariedade do acesso à educação, saúde, assistência social, empregos de menor prestígio e desigualdade salarial (BARGAS; E MAIA, 2019).

Está imagem tem sido desconstruída através das lutas dos movimentos negros, indígenas, de suas alianças com os movimentos da reforma agrária, entre outros. Pode-se observar na Constituição Federal de 1988 que o termo quilombola aparece nas leis brasileiras, depois de ter passado um século sem ser mencionado. O artigo 68 da constituição de 1988, dos atos das disposições constitucionais transitórias, diz que “aos remanescentes das comunidades dos

---

<sup>1</sup>**Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**, “Dispõe sobre as terras devolutas no Império acerca das que são possuídas por títulos de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para estabelecimentos de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara” (BRASIL, 1850)

quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p160).

Com o direito à terra, esta população quilombola que antes estava marginalizada e muitas vezes invisível na sociedade, começa se organizar em um movimento de reconhecimento, buscando tomar seu espaço e fortalecer sua identidade. Assim, estes locais que foram para os antepassados uma forma de sobrevivência, refúgio e abrigo, agora, na atualidade constroem a identidade quilombola (MAZURANA et al, 2016), resgatando-a, valorizando-a e afirmando-a perante a sociedade.

Essa identidade torna-se o elo principal para o autoreconhecimento desta população, assim como para seu reconhecimento e a garantia de seus direitos e espaço na sociedade. Para Honneth (2003) existem três formas de reconhecimento, partindo da relação positiva da pessoa com ela mesma, e dela com o mundo, expressando-se em relações ligadas ao amor, sendo mais íntimas e afetivas; relações de cunho jurídico, atreladas ao campo do direito; e, as relações ligadas à estima social, a solidariedade.

Com o reconhecimento é que as comunidades quilombolas adquiriram mais força e começaram a garantir direitos e lutar por políticas públicas. Nesse sentido, organizações foram sendo criadas para organizar a luta e contribuir com a manutenção destas comunidades, como foi o caso da Fundação Cultural Palmares (1988), que trabalha no combate ao racismo e na preservação da cultura afro-brasileira, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade, os decretos n.º 3.912 de 2001 e n.º 4.887 de 2003 que determinavam as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas, e outras ações (LOBÃO, 2014).

Porém, apesar dos avanços, muitas comunidades ainda enfrentam inúmeras dificuldades, como o acesso à saúde, titulação de terras, saneamento básico, educação, dentre outros. Realidade esta que ainda pode ser encontrada nas Comunidades Quilombolas da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (quadro 1), como apontou Rubert (2010) ao realizar seu estudo antropológico, observou que as comunidades quilombolas localizadas no Sul e na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul são as que menos tem acesso a serviços públicos, como saúde, educação, energia elétrica, e muitas vezes estão em locais de difícil acesso com estradas sem manutenção.

Quadro 1 - Comunidades Quilombolas da Fronteira Oeste do RS

<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Famílias</b>	<b>Certificada</b>	<b>Processo Inkra</b>
Alegrete	Angico	50	32	Sim	54220.002478/2013-31
Rosário do Sul	Rincão dos Negros	-	-	Sim	Não consta
Rosário do Sul	Rincão das Chirca	-	-	Sim	Não consta
Santana do Livramento	Ibicuí da Armada	250	35	Sim	Não consta
São Gabriel	Cerro do Ouro	60	18	Sim	Não consta
São Gabriel	Caleira	80	24	Sim	Não consta
São Gabriel	Von Bock	15	10	Sim	54220.002860/2013-45
Uruguaiana	Rincão dos Fernandes	13	10	Sim	54220.002537/2011-18

Fonte: Palmares, 2020.

Por outro lado, mesmo enfrentado tamanhas dificuldades essas comunidades podem ser caracterizadas pelos fortes laços existentes entre as pessoas e pela riqueza cultural transmitida através das gerações, características que contribuem para o seu fortalecimento e a manutenção de sua identidade (MAZURANA, 2016).

Considerando a importância cultural, social e econômica dessas comunidades, bem como a existência de poucos estudos sobre elas, atrelado ao fato de como pesquisador e autor deste trabalho, meu diálogo com a temática iniciou-se juntamente com o primeiro contato da Comunidade Quilombola Ibicuí da Armada com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, através da visita da turma da disciplina de Introdução ao Pensamento Social ministrada pela professora doutora Lúcia Silva e Silva no ano de 2013, na qual na época era aluno, essa visita foi um grande “divisor de águas” tanto para o profissional que ali estava em formação quanto para a pessoa.

Nesta visita pude observar a organização da comunidade, a emoção evidenciada em suas falas, ao contar sobre seu passado, relatando suas lutas e até mesmo mostrando suas produções e conquistas, portanto, é a partir desse momento que o desejo por querer pesquisar as comunidades quilombolas foi sendo formado, tendo sua certeza no ano de 2019 com o V Encontro das Comunidades Quilombolas do Pampa no qual tive a oportunidade de estar como protocolo do evento, o que me proporcionou estar mais próximo dos representantes das

comunidades, neste espaço foram realizados relatos de experiências, compartilhamento de histórias e debate de demandas, o que no final gerou uma carta aberta (Anexo I), na qual são reforçadas as necessidades e vontades dessas comunidades.

Nesse sentido, este estudo escolheu-se trabalhar a partir da realidade das comunidades quilombolas desta região, guiando-se em contribuir com uma reflexão sobre as seguintes questões:

- a) Como se manifesta o processo de reconhecimento nas comunidades quilombolas da fronteira oeste?
- b) Quais os impactos do reconhecimento nas comunidades quilombolas?
- c) O reconhecimento impactou/modificou o acesso as políticas públicas?

Pois, ao longo dos últimos 20 anos, inúmeras foram as ações dos movimentos sociais e, por vezes governamentais, no intuito de incluir as comunidades quilombolas nas pautas das políticas, como para educação, saúde e crédito agrícola. Dessa forma, pode-se perguntar em que medida essas políticas públicas contribuiriam para o (s) desenvolvimento (s) e como beneficiou (aram) verdadeiramente as comunidades quilombolas.

O estudo pretendeu contribuir com a visibilidade das comunidades quilombolas da fronteira oeste, mostrando o seu valor no território, além da importância da criação e fomento de políticas públicas capazes de suprirem as necessidades desta população muitas vezes marginalizada.

Para reflexão sobre o processo de reconhecimento foi utilizado como base central a teoria do reconhecimento de Axel Honneth, a qual segue a vertente do jovem Hegel, pois para este filósofo e sociólogo alemão, o conceito pode ser gerado por meio de três elementos, sendo eles, o amor, o direito e a solidariedade. Assim, os indivíduos e os grupos só constroem suas identidades e, assim, são reconhecidos e aceitos quando em suas relações com o próximo geram autoconfiança, auto respeito e autoestima, sendo evidenciado na prática institucional e na convivência em comunidade (HONNETH, 2003).

Para Honneth, o não-reconhecimento desses três elementos pode ser verificado por meio da violência física ou psíquica, pela negação de direitos e pela desvalorização social dos sujeitos por seus atributos ou modos de vida. Esse desrespeito atrelado às mudanças sociais, resultam nas lutas de grupos sociais, como forma de estabelecer institucional e culturalmente formas de reconhecimento recíproco, fatores essenciais para a evolução moral da sociedade (HONNETH, 2003).

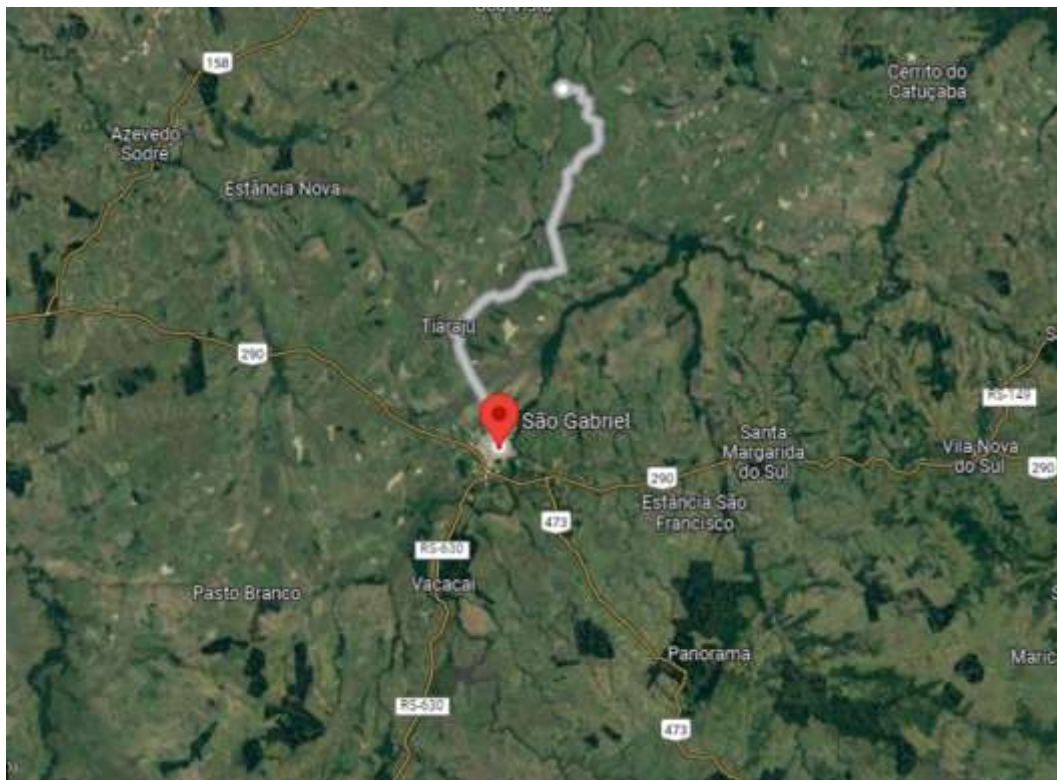


Quanto a metodologia empregada, a pesquisa foi de caráter qualitativo descritivo, que segundo Gil (2008, p. 42), esse tipo de pesquisa tem como objetivo descrever as características de uma dada população, assim estabelecendo as relações entre as variáveis. Para isso, este estudo foi dividido em três etapas, iniciando por uma revisão bibliográfica referente ao reconhecimento e as comunidades quilombolas, por meio de livros, artigos científicos, relatórios de pesquisas e estudos sobre o tema. Também foi realizada uma pesquisa documental em documentos governamentais e não governamentais, decretos, normas, leis, materiais publicados em jornais, revistas e em alguns sites.

A segunda etapa compreendeu na escolha das duas comunidades, e na metodologia empregada para o estudo junto as comunidades, sendo assim, a escolha da comunidade Ibicuí da Armada de Santana do Livramento é fruto das experiências do pesquisador ao longo de sua trajetória acadêmica, já a comunidade Caleira de São Gabriel, se deu ao longo da pesquisa, por meio de parcerias como o NEABI Oxalá Sepé e a Emater do município.

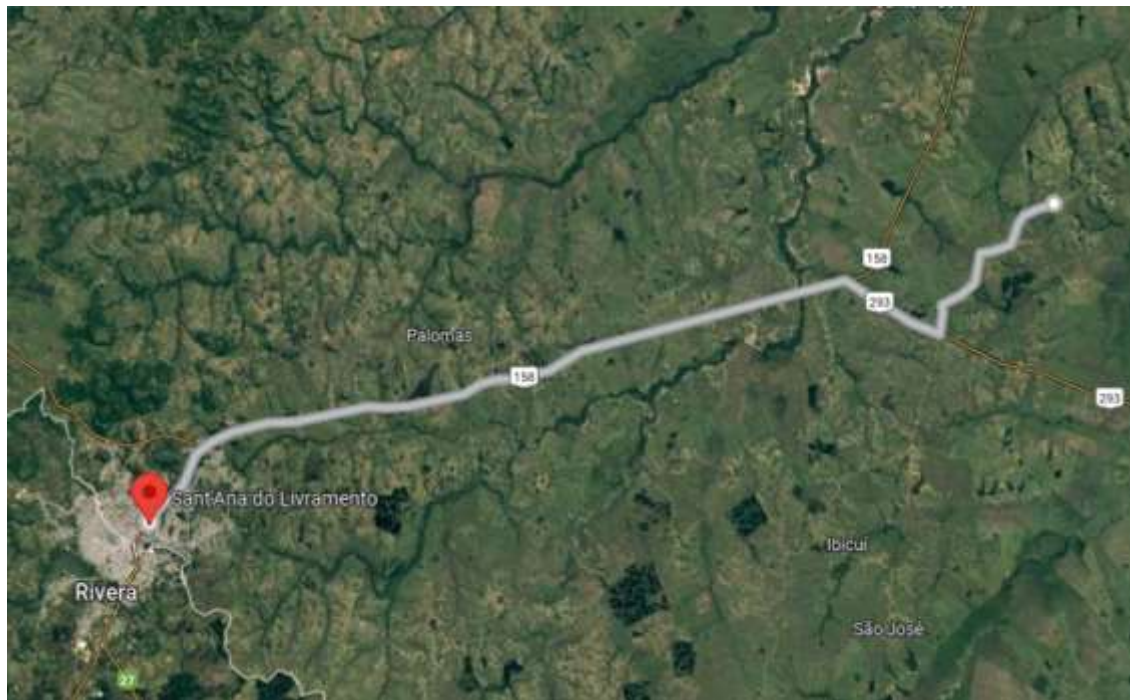
Desta forma o estudo ocorreu no estado do Rio Grande do Sul, na região da Fronteira Oeste, em duas Comunidades Quilombolas, nos municípios de São Gabriel (figura 1) e Santana do Livramento (figura 2), no período de setembro a novembro do ano de 2021.

Figura 1 - Mapa da Comunidade Caleira



Fonte: Google, 2021.

Figura 2- Mapa da comunidade Ibicuí da Armada



Fonte: Google, 2021.

Considerando o cenário da pandemia do covid-19 que teve seu início no ano de 2020 no Brasil, inúmeras foram as dificuldades enfrentadas o que refletiu nas ações junto as comunidades em seus respectivos municípios, o que nos submeteu a utilizar outros recursos além das visitas e entrevistas presenciais, como reuniões pela plataforma do *google meet*, ligações, e etc.

Além disso ocorreram visitas nas comunidades, nas quais foi respeitando todos os protocolos de segurança emitidos pelo Ministério da Saúde. Nesses encontros, foram realizadas entrevistas com as lideranças das comunidades, como também nas secretarias dos municípios (assistência social e saúde), câmara de vereadores, Emater/RS, professores municipais e universitários, e outras pessoas ou instituição que tivesse relevância para comunidade. Ao todo foram dois encontros em cada comunidade, mais duas ligações para as lideranças.

Neste estudo também foi utilizado o método observacional, para Silva (2004) o método observacional é uma forma de adquirir o conhecimento pela observação do objeto e de seu contexto. Pode-se dizer que o método observacional é o início de toda pesquisa científica.

Gil (2008) aponta que o método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos curiosos. Este método difere do experimental em apenas um aspecto: nos experimentos o cientista toma providências para que alguma coisa ocorra, a fim

de observar o que se segue, ao passo que no estudo por observação apenas observa algo que acontece ou já aconteceu.

Existem investigações que se utilizam exclusivamente do método observacional, outras utilizam em conjunto com outros métodos. Portanto qualquer investigação em ciências sociais deve se valer, em mais de um momento, de procedimentos observacionais (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Atrelado ao método observacional, está a observação participante, afim de apreender elementos que não são captados por meio da fala ou escrita. Para Melucci (2005), neste momento da pesquisa não se trata somente de obter a disponibilidade do pesquisado, mas de compreender e interpretar os traços, sinais, detalhes que são diferentes do universo do pesquisador.

Portanto através das metodologias utilizadas foi possível construir um conjunto de documentos com informações relevantes que serviram de base para as análises e interpretações do estudo. Na análise de dados, primeiramente foram agrupadas as informações afim de contribuir para interpretação e formação da conclusão. Segundo Miles e Huberman (1994), a pesquisa qualitativa apresenta três etapas que geralmente são seguidas na análise de dados: redução, exibição e conclusão/verificação. Após análise dos dados, foi elaborado este material afim de apresentar o que “foi investigado, analisado, interpretado; é uma síntese comentada das ideias essenciais e dos principais resultados obtidos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 171).

Para apresentação da reflexão e dos resultados o trabalho está estruturado em três artigos. O primeiro deles é uma análise da formação das comunidades e a identidade quilombola, quais características e símbolos constituem essa identidade, e como ele é vem sendo passada ao longo das gerações, além disso, como as relações primárias atuam na formação da identidade e por fim no autoreconhecimento e reconhecimento dos indivíduos.

O segundo capítulo foca em quais elementos foram necessários para o reconhecimento das comunidades quilombolas no âmbito legal, para isso, realizando um resgate das políticas públicas acessadas pelas comunidades, como e quando começaram a ter esse acesso e, quais caminhos foram percorridos, e se houveram intermediários. Por fim, o terceiro capítulo apresenta o prestígio social como forma de reconhecimento, como as comunidades quilombolas começaram a ser inseridas nas agendas e atividades sociais dos municípios e o papel das associações quilombolas para esse processo.

## 2 SER QUILOMBOLA: IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

### 2.1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos em comunidades quilombolas, logo imaginamos locais afastados, muitas vezes de difícil acesso, com uma população marcada pela história de seus antepassados.

Na história dos quilombos, a escolha dos territórios visava dificultar a entrada de caçadores de escravos e milícias. Assim, ao entrarem nas matas e serras, buscavam por locais com acidentes geográficos, formações rochosas, rios, tudo que pudesse contribuir para atrapalhar a visão dos que os perseguiram, proporcionando proteção e maior tempo em caso de fugas (FURTADO et al., 2004).

Para Lira e Neto (2016, p.49) o território é a base fundamental para a reprodução identitária das comunidades quilombolas, pois “a identidade quilombola se constrói sempre na relação mútua com seu território, sendo também um espaço econômico, social, político e cultural”.

No contexto da colonização a relação entre brancos e negros produziu um processo de hibridização cultural e identitária nas comunidades negras, que passaram a assumir e reproduzir elementos que anteriormente eram estranhos a sua cultura, como exemplo estão os aspectos da religiosidade, como a inserção de santos católicos em suas festas e tradições.

Isso se deve ao fato de que ao longo dos anos deste período muitos saberes dos negros foram deixados de lado, pois neste processo acreditava-se tratar de um saber primitivo, inferior ao conhecimento dos brancos, o que fez com que muitas vezes esta população negra incorporasse elementos dos brancos na sua própria cultura (FURTADO et. al 2014).

Contudo, mesmo com toda uma trajetória marcada pelo desrespeito e violência, alguns elementos culturais permanecem presente nas comunidades quilombolas, como as festividades religiosas, as danças de matriz africana, a capoeira, maculelê, músicas, jongos, objetos como pilões, além de todo o conhecimento tradicional que é transmitido de forma oral de geração em geração.

Portando, por meio deste complexo contexto, é possível afirmar que alguns elementos são essenciais para o reconhecimento e manutenção de sua identidade e cultura, como a regularização fundiária, o acesso a políticas públicas (luz, água, saneamento básico, educação), além do combate ao racismo.

Nesse sentido, o presente artigo visa descrever e analisar quais elementos são constitutivos da identidade quilombola de duas comunidades remanescentes localizadas no Bioma Pampa.

Esta região é caracterizada pela pecuária extensiva, a criação de gado e ovinos, tanto para corte, quanto para produção de leite, porém, este cenário vem sofrendo alterações com a inserção da produção agrícola, principalmente das culturas de soja e arroz, além da chegada das vinícolas. Os agentes sociais deste local estão relacionados com o tamanho e função de suas áreas de terra, contendo assim, pecuaristas familiares, patronais, agricultores, assentados da reforma agrária, quilombolas, dentre outros.

Além disso, o estudo visa identificar a importância das relações primárias na formação identitária e seu papel no auto reconhecimento como remanescente de comunidade quilombola. Para isso foram considerados elementos da identidade como as festividades, a religiosidade, ancestralidade, tradições como o cultivo de sementes crioulas, benzedeadas, quanto a análise das relações primárias, foram baseadas no papel das matriarcas e patriarcas e laços de parentesco.

Como procedimentos metodológicos foram realizados quatro encontros presenciais nas comunidades quilombolas entre os meses de setembro e outubro de 2021. O primeiro encontro na Comunidade Caleira ocorreu juntamente com a entrega de sementes de milho promovido pela Emater/RS, neste momento foram realizadas as primeiras observações a respeito da organização da comunidade, quais eram os seus integrantes, quais atividades eram desenvolvidas, já o seu encontro ocorreu somente com a liderança da comunidade, onde foi relatado a trajetória da comunidade, as conquistas e desafios.

Na Comunidade Ibicuí da Armada tanto o primeiro quanto o segundo encontro foram realizados com a secretária da associação e também líder da comunidade, devido a questões de agenda, o presidente da associação não pôde se fazer presente. Nestes encontros foram debatidas as ações desenvolvidas na comunidade, o histórico, as atividades do dia a dia e as relações com as demais instituições presentes no município, como Emater, Prefeitura Municipal, Universidades, Movimentos Sociais.

Além disso, considerando o cenário da pandemia do covid-19 também foram utilizados recursos tecnológicos, no caso ligações, com as duas lideranças das comunidades, para organizar os encontros presenciais, assim como buscar mais informações a respeito das comunidades, também foram realizadas ligações para as profissionais da Emater/RS que atuam juntamente com as comunidades com o intuito de buscar maiores informações dos processos de reconhecimento e organização destes espaços, além desses, também foi buscado estabelecer contato com movimentos sociais, como o Movimento Negro de Santana do Livramento, e professores das Universidades, os quais mantêm ou já realizaram atividades junto à comunidade podendo assim relatar suas experiências e conhecimento a respeito da comunidade.

Além desta introdução, este artigo foi dividido em cinco sessões: identidade quilombola, teoria do reconhecimento na esfera da autoconfiança, apresentação e análise dos dados das comunidades quilombolas do Ibicuí da Armada em Santana do Livramento e da Caleira em São Gabriel. Por fim, são tecidas as considerações finais.

## 2.2 IDENTIDADE QUILOMBOLA

Para compreendermos o que é identidade faz-se necessário entender o que é cultura, pois, por meio dela, inúmeras formas de identidades são originadas. Para Eagleton (2005), o conceito de cultura está relacionado a um conjunto de crenças, valores, hábitos e práticas que acabam por constituir o modo de vida das pessoas.

Manuel Castells (2000, p.23-24) em seu livro intitulado “O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura” afirma que:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. Castell (2000, p. 23/24)

Além disso, dada a pluralidade que constitui a vida dos seres humanos pode-se afirmar que a cultura e a identidade se transformam constantemente (COELHO; MESQUITA, 2013). Devido a essas transformações, aspectos da vida humana relacionados à identidade têm sofrido modificações. Como afirma Hall (2004, p. 7), “ as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”.

Quando voltamos nosso olhar para as comunidades étnicas, notamos que a afirmação da identidade e da diferença é um processo fundamental para que cada indivíduo, assim como o coletivo possam ser reconhecidos, gerando mecanismos para que estes dialoguem de uma forma de igualdade com os demais grupos da sociedade (LEROY, 1997,).

Contudo, existe uma diferença entre a identidade étnica e as demais formas de identidades coletivas, pois neste caso, a identidade étnica é conduzida por meio do resgate do passado, desta memória coletiva que influenciará no presente (O'DWYER, 2002). No caso das comunidades quilombolas, a formação de sua identidade, está atrelada a luta pelo território,

principalmente ligadas ao processo histórico de resistência, proteção de sua cultura e saberes tradicionais (CAMPOS; GALLINARI, 2017).

Portando, para entendermos o que é ser quilombola, precisamos entender as origens da palavra, esta que é oriunda da língua *umbundu*, a qual teve sua origem dos povos africanos das línguas *bantu*, como os *Lunda*, os *Ovimbundu*, os *Mbundu*, os *Kongo* e os *Imbangala* (CALHEIROS; STADLER, 2010). Segundo o Antropólogo Kabengele Munanga (1996, p. 60) ao tratar da origem e histórico do quilombo na África, aponta que:

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: *lunda*, *imbangala*, *mbundu*, *kongo*, *wovimbundu*, etc.

Na historiografia brasileira conforme Calheiros e Stadler (2010), a palavra quilombo foi originalmente utilizada para denominar um local de resistência ao regime da época, sendo muitas vezes composto por negros e negras fugidos, mas que também recebiam indígenas e brancos desertores, formando uma nova organização social, para Moura (1972) quilombo é a expressão mais radical de ruptura do sistema latifundiário e escravista.

Segundo Miranda (2018), durante os últimos dois séculos o significado a respeito dos quilombos e suas implicações na dinâmica política, têm sido alvo de contestações, principalmente a que define como comunidades negras, composta pelos descendentes de pessoas escravizadas, que ao longo do tempo vem mantendo os seus laços de parentesco e sua história. Diante desta situação, por meio do Programa Brasil Quilombola da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o termo quilombo foi reformulado para remanescentes de quilombos, com o objetivo de reverter a invisibilidade desta população, assim, resultando em maneiras de acesso à terra por essa população negra escravizada, seja por meio de heranças, doações, ocupação de terras livres dentre outras (Miranda, 2012).

Segundo o Programa Brasil Quilombola (2005), remanescentes de quilombo o termo que define que:

indivíduos, agrupados em maior ou menor número, que pertençam ou pertenciam a comunidades, que, portanto, viveram, vivem ou pretendam ter vivido na condição de integrantes delas como repositório das suas tradições, cultura, língua e valores, historicamente relacionados ou culturalmente ligados ao fenômeno sociocultural quilombola. (p. 11)

No passado, a agricultura de subsistência além do acesso a um comércio informal foram os alicerces da economia quilombola (Souza, 2008). Atualmente as comunidades

quilombolas são múltiplas e distribuídas em todo o território brasileiro, estando tanto na cidade quanto no campo, formadas principalmente pelo parentesco.

Contudo, ainda hoje essa população luta para não absorção de uma identidade hegemônica como aconteceu em seu passado. Assim, a identidade destas comunidades e de seus membros é construída por meio da luta e da resistência, antigamente o enfrentamento era contra a escravidão, nos tempos atuais é contra a invisibilidade e a negação de direitos (FURTADO et al. 2004).

No passado, a invisibilidade era o mecanismo necessário para sobrevivência, porém, na atualidade, este mecanismo não beneficia essas comunidades, fazendo assim, com que elas se tornem visíveis na busca por seus direitos, como manutenção de suas terras e o acesso a políticas públicas (Miranda, 2012). Para Calheiros e Stadler (2010), as comunidades quilombolas ao longo dos anos tem enfrentado as inúmeras instâncias conservadoras da sociedade, pois, o reconhecimento de sua identidade, é a forma de permitir que o indivíduo se conecte ao grupo e assim, coloque-se de outra forma perante a sociedade.

Desta forma, podemos afirmar que a identidade coletiva não pode ser compreendida como uma negação do sujeito, afastando-o da possibilidade de uma identidade individual, pelo contrário, a identidade é algo flexível, e no caso das comunidades quilombolas elas transitam no simbólico e subjetivo para que assim, remontando seu passado possam projetar o futuro (FURTADO et al. 2014).

Portando, ao estudarmos as Comunidades Quilombolas Caleira e Ibicuí da Armada, buscamos identificar elementos como a ancestralidade, religiosidade, modos de vida, apresentando aspectos do universo camponês, mas também das condições étnicas, como o uso de ervas medicinais, sementes crioulas. O território que atua tanto em uma condição simbólica como material, pois desenvolve neste grupo de pessoas um sentimento de pertencimento, que desenvolvem este espaço em uma espécie de uso coletivo da terra.

Existem também elementos como as festividades que envolvem danças, pratos típicos, o papel da mulher na comunidade, a produção de artesanato. As tradições quilombolas como aponta Lobão (2014, p.89), elas apresentam as mais variadas formas, partindo do modo como as comunidades foram construindo suas casas e utilizando os espaços comunitários, até as suas festividades.

Dessa forma, essas comunidades e pessoas, buscam por meio de sua própria trajetória, apresentando relações territoriais específicas, atreladas a ancestralidade, a sua autoidentificação como comunidades remanescentes de quilombo e conseqüentemente a sua luta pelo reconhecimento na sociedade.



### 2.3 O RECONHECIMENTO E A AUTOCONFIANÇA, PERSPECTIVAS DA TEORIA DE AXEL HONNETH

Axel Honneth é um sociólogo e filósofo alemão, que atualmente exerce as funções de professor e diretor da Universidade de Frankfurt e do Instituto de Pesquisa Social. Durante a sua formação, foi assistente de Jürgen Habermas, onde iniciou a formular sua teoria, trazendo como foco central os conflitos sociais na perspectiva da teoria crítica. Em seu livro intitulado “Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais” buscou através dos estudos do jovem Hegel e da psicologia social de George Herbert Mead e Donald Winnicott, apresentar os padrões do reconhecimento intersubjetivo, sendo eles: o amor (que gera autoconfiança), o direito e a solidariedade (HONNETH, 2003).

Para Hegel, o reconhecimento é a relação ética entre dois sujeitos, gerando uma espécie de reconhecimento recíproco entre eles. Assim, “o indivíduo só se vê como sujeito social se ele for reconhecido pelos demais. Essa consciência, em sua totalidade, principalmente no âmbito familiar, é que o faz o indivíduo capaz de perceber a si mesmo no outro” (HEGEL, 1970, p.320-321).

George Herbert Mead (1934) reforça o fato de que as interações sociais são as bases fundamentais para a formação das identidades e, conseqüentemente, das sociedades, pois para ele, a partir de ações cognitivas e sociais entre o eu (indivíduo) e o eu social (indivíduo inserido em uma dada sociedade), se estabelece como resultado das interações da vida cotidiana o reconhecimento recíproco.

As elaborações do pediatra e psicanalista Donald Winnicott reportam a respeito das condições boas para uma socialização humana. Para este autor, o âmbito familiar é o gerador de uma consciência de si, sendo formada já nos primeiros meses de vida (SILVA, 2020). Para Winnicott, as relações de amor seriam a base estruturante para a formação da personalidade dos seres (SILVA, 2020).

Honneth parte das ideias de Winnicott, e de Hegel para elaborar que o amor é a primeira esfera para um reconhecimento recíproco. De Hegel, vale-se das construções a respeito da carência dos seres humanos (atreladas a dependência para uma autorrealização), e sobre a importância da família (no que tange as experiências afetivas), especialmente, as relações entre mãe e filho ou cuidador e criança, pois nesta fase em que a criança tem dependência absoluta, são geradas as bases para o reconhecimento recíproco que, por sua vez, gerará a autoconfiança (SCHIMITI; FELDHAUS, 2018)

Partindo destas ideias, Honneth propõe que através da relação entre mãe e filho existe uma fusão completa, que vai da dependência total a relativa, pois nesta dinâmica, um aprende com o outro tanto a se diferenciar, quanto a se tornarem autônomos, assim, como em cada relação amorosa, seja no âmbito familiar, como fora, os seres vão se transformando ao ponto de gerar uma confiança em si e no mundo (NETO, 2011).

Nesse sentido, a reciprocidade entre essas interações entre os sujeitos, partem do nível eu com o outro até o eu no conjunto total, logo, neste processo o sujeito alcança sua identidade, lhe proporcionando a desempenhar uma interação satisfatória com a sua realidade interna e externa (SCHIMITI; FELDHAUS, 2018). Desta forma, para Honneth (2015, p 254) “o outro não é limitação, mas condição da liberdade”, pois por meio dessas interações amorosas é que o ser poderá demonstrar seus medos, afim de que, assim, encontre no outro entendimento e apoio.

Sendo assim, no amor estariam os pressentimentos da eticidade, a qual considera que a experiência de ser amado gera no sujeito o pressuposto necessário para uma vida em coletividade, pois nessa experiência é formada o elo fundamental para a noção de comunidade ética (BEM, 2020). Na passagem do livro “Luta por reconhecimento” Axel Honneth (2003, p. 256) afirma que:

O amor, como forma mais elementar do reconhecimento, não contém experiências morais que possam levar por si só à formação de conflitos sociais: é verdade que em toda relação amorosa está inserida uma dimensão existencial de luta, na medida em que o equilíbrio intersubjetivo entre fusão e delimitação do ego pode ser mantido apenas pela via de uma superação das resistências recíprocas; os objetivos e desejos ligados a isso, porém, não deixam generalizar para além do círculo traçado pela relação primária, de modo que pudessem tornar-se alguma vez interesses públicos.

Neste sentido, a esfera do amor tem como objetivo apresentar as relações primárias afim de gerar um pré-reconhecimento por parte da criança, com a qual ao longo de sua formação e vida serão produzidos mecanismos para um amor de si mesmo e sua autoconfiança, atrelados a experiências do amor do outro e até mesmo a desconfiança do amor do outro, o que formará o alicerce para a busca e defesa de seus direitos, bem como a sua participação em uma rede de solidariedade e estima social (ALBORNOZ, 2011).

Portando, as relações primárias e o convívio social são resultados de uma séria de identidades familiares semelhantes. Assim, quando analisamos a teoria do reconhecimento no caso das comunidades quilombolas, faz se necessário levar em conta as relações de interdependência entre os indivíduos, pois, a formação tanto das identidades individuais quanto coletiva se produzem por meio do auto reconhecimento e do reconhecimento pelos demais (MAIA, 2000).

Nesse sentido, é característico nessas comunidades a presença de laços de parentesco, fator esse ligado ao processo histórico, que devido a estarem isoladas e como forma de evitar conflitos, nessas comunidades eram comuns os casamentos consanguíneos, como apontou o trabalho de Pereira e Oliveira (2008) ao relatar sobre o Quilombo do Bananal, verificou que o alto índice de números de casamentos parentais estão em comunidades isoladas, como as comunidades remanescentes de escravos. Com o tempo isso essa pratica foi sendo exterminada, havendo uma maior interação entre o seu entorno estabelecendo alianças, resultando em casamentos, gerando maiores ligações entre as comunidades, na contemporaneidade essas restrições não ocorrem com tanta frequência, ainda existem casamentos entre membros de comunidades diferentes, mas também a entrada de pessoas que não pertencem ao grupo.

Outro aspecto importante é o papel das matriarcas e patriarcas na transmissão dos saberes, que remontando o passado mantêm viva a história da comunidade. Além disso, devido a fatores econômicos, normalmente os homens são os responsáveis por venderem sua mão de obra, resultado em um importante papel das mulheres nas comunidades, as quais atuam na produção de alimentos, seja nas plantações, criação de animais, como também na educação dos filhos, além disso, são essas mulheres que estão à frente das comunidades, atuando como lideres, buscando por melhores condições de vida para os seus.

Portando, é por meio dessas relações que tem seu início no âmbito familiar, com os ensinamentos passados pelos mais velhos, a inserção em atividades do dia a dia, que os jovens e até mesmo as crianças começam a se identificar como alguém que pertence aquele grupo, e automaticamente começam a reproduzir os costumes.

#### 2.4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PAMPA

O Pampa foi reconhecido como bioma no ano de 2004, assim integrando-se aos outros cinco biomas naturais do Brasil. Este bioma se diferencia dos demais por se estender por um só estado, representando 63% do território do Rio Grande do Sul e 2,1% do território nacional, contudo ele também está presente no Uruguai, no centro-leste da Argentina e no extremo sudeste do Paraguai (BENCKE et al. 2016).

No processo histórico desta região encontramos como marco as grandes propriedades, provenientes da política de terras do período colonial onde eram empregadas a mão de obra das pessoas negras escravizadas, atuando tanto no trabalho com os animais, quanto no trabalho doméstico. Do processo de fugas e, posteriormente, com a (formal) abolição da escravatura

formaram-se inúmeras comunidades quilombolas (Quadro 1) localizadas no bioma Pampa, seja no meio rural ou no urbano (MAZURANA, 2016).

Quadro 2 - Comunidades Quilombolas situadas no Pampa Brasileiro

<b>Município</b>	<b>Comunidade Quilombola</b>	<b>Município</b>	<b>Comunidade Quilombola</b>
Aceguá	Tamanduá	Pelotas	Algodão
	Vila da Lata		Alto do Caixão
Alegrete	Angico		Cerrito Alegre
Bagé	Palmas		Vó Elvira
Caçapava do Sul	Picada das Vassouras	Piratini	Fazenda da Cachoeira
	Rincão dos Farias		Rincão do Quilombo
	Rincão da Salete		Faxina
Candiota	Candiota		Rincão do Couro
Lavras do Sul	Corredor dos Munhoz-Mantiqueira		São Manoel
	Vila dos Corvos		Nicanor Da Luz
Santana do Livramento	Ibicuí da Armada		Brasa Moura
São Gabriel	Von Bock		Raulino Lessa
	Cerro do Ouro		Macanudos
	Caieira		Tio Dô
Uruguaiana	Rincão dos Fernandes	São José do Norte	Vila Nova
Rosário do Sul	Rincão da Chirca	São Lourenço do Sul	Boqueirão
	Rincão dos Negros – Picadas		Coxilha Negra
Arroio do Padre	Sítio Novo		Monjolo
Arroio do Padre	Vila Progresso		Picada
	Santa Clara e Arredores		Rincão das Almas
	Armada	Torrão	
	Bisa Vicente	Vó Marinha	
	Boqueirão	Capororocas	
	Cerro da Boneca	Anastácia Machado	
	Cerro da Vigília	Turuçu	Mutuca
	Cerro das Velhas	Cachoeira do Sul	Cambara
	Estância da Figueira		Fundos do formigueiro
	Fávila		Rincão do Irapuzinho
	Faxinal	Formigueiro	Maria Joaquina
	Filhos dos Quilombos		Timbaúva
	Iguatemi		Passo dos Maías
	Maçambique		Passos dos Brum
Manoel do Rêgo/Rincão	Nova Palma		Rincão do Santo Inácio

	Passo do Lourenço	Restinga Seca	Rincão dos Martinianos
Canguçu	Potreiro Grande		Vó Fermina e Vó Maria Eulina

Fonte: Emater, 2019, não publicado.

Mazurana (2016) aponta que as Comunidades Quilombolas do Pampa estão em sua maioria situadas em locais de difícil acesso, onde antigamente eram desprezados para atividades produtivas, assim permitindo a essa população sua segurança. Outra característica presente nestas comunidades, está relacionada a produção de subsistência, através do cultivo variado de alimentos, além disso, devido a essas condições muitas famílias necessitam buscar trabalho, principalmente em estâncias e propriedades próximas, atuando como diarista, na maioria das vezes sem os direitos trabalhistas, o que causa instabilidade e insegurança.

Outro elemento encontrado está relacionado ao papel das mulheres, pois como afirma Nunes (2019) as mulheres quilombolas estão presentes na luta pela sua terra, na manutenção de sua ancestralidade e saberes. O autor relata a existência de uma divisão de funções onde, muitas vezes, as mais jovens realizam trabalhos burocráticos enquanto as mulheres mais idosas contribuem com os seus conhecimentos tradicionais, como benzeduras. Segundo Mazurana, Dias e Laureano (2016, p. 81) estas mulheres estão na “lavoura, e na preservação do meio ambiente, na construção de uma gestão ambiental dos recursos naturais para a sustentabilidade de suas comunidades”.

Das 81 de comunidades localizadas no Bioma Pampa, oito (8) estão localizadas na Fronteira Oeste do RS, quais sejam: Angico (Alegrete), Rincão dos Negros (Rosário do Sul), Rincão da Chirca (Rosário do Sul), Ibicuí da Armada (Santana do Livramento), Cerro do Ouro (São Gabriel), Caleira (São Gabriel), Von (São Gabriel) e Rincão dos Fernandes (Uruguaiana), todas reconhecidas pela Fundação Palmares.

Destas, o presente estudo dedica-se a análise de duas comunidades, Ibicuí da Armada de Santana do Livramento e Caleira, localizada em São Gabriel.

## 2.5 COMUNIDADE QUILOMBOLA IBICUÍ DA ARMADA

Dentre as várias comunidades quilombolas do Pampa, está a comunidade do Ibicuí da Armada. Situada no município de Santana do Livramento, no terceiro distrito municipal, denominado Ibicuí da Armada, às margens do Rio Ibicuí da Cruz, que demarca a divisa de Santana do Livramento com o município de Dom Pedrito. Esta comunidade está localizada a

55 km do perímetro urbano, sendo 10 km (figura 3) de uma estrada de difícil acesso. Na comunidade residem 35 famílias, cada com aproximadamente cinco hectares.

Figura 3 - Estrada que leva até a comunidade Ibicuí



Fonte: Google (2021).

A comunidade teve sua origem do povoamento da região nos anos de 1800, com a constituição das grandes estâncias e o emprego da mão de obra escrava, sendo esta formada através da família Vaqueiro, Sobrenome este que deu a sua origem, como apontou a pesquisa de Costa (2016) ao entrevistar Valeriana Vaqueiro que atualmente é falecida, ela integrava um dos 13 filhos de Januário Vaqueiro, sendo neta de Manoel Vicente Vaqueiro o mais antigo com este sobrenome.

Por meio da aquisição de terras, as quais foram passadas de geração em geração, a comunidade foi sendo formada, hoje contando com aproximadamente 250 hectares, distribuídos entre 35 famílias, em áreas de 5 e 6 hectares de campo, com moradias de alvenaria com acesso água e energia elétrica. Essas moradias estão espalhadas pela área tendo como marco central a sede da comunidade, a qual serve para reuniões e festividades.

Essa comunidade começou sua organização no início dos anos 2000 através das ações da Emater/RS, tendo sua certificação como comunidade remanescente de quilombo no ano de

2009, antes essa comunidade se identifica somente como agricultores familiares, contudo, sempre mantiveram a identidade quilombola, mesmo não tendo um reconhecimento legal, e devido a essa identidade que os profissionais da Emater/RS decidiram investigar e contribuir para organização da comunidade.

Em relação ao trabalho e renda, como uma boa parte dos membros da comunidade estão aposentados, predomina a criação de gado e ovelha e a agricultura de subsistência. Além disso, em entrevista, foi relatado a existência do trabalho de diaristas nas fazendas, na sua maioria homens, os quais vão por um determinado tempo realizar essas atividades, o que contribui para entendermos a dinâmica das famílias nessa comunidade, na qual a mulher assume maiores responsabilidades, não somente no cuidado do lar e dos filhos, mas também nas responsabilidades da comunidade.

Outra fonte de renda que foi apresentada era através do artesanato em lã, porém, este ofício desapareceu da comunidade, mesmo existindo uma procura pelos produtos, não há pessoas interessadas por realizar essa atividade, isso é explicado devido o tempo que sua confecção demanda, o que contribui para que muitos desistissem da atividade,

Quanto a um dos elementos da identidade quilombola presente nesta comunidade, está o saber tradicional, forma de manutenção da identidade, onde por meio do relato de histórias, no dia a dia os mais idosos, vão transmitindo suas experiências de vida, conhecimento ancestral e popular sobre o uso de ervas medicinais, e a preservação e cultivo de sementes crioulas.

Sobre a utilização e conservação de sementes crioulas Costa et. al (2018, p. 5) apresentam elementos da vida e trabalho de Seu Eduíno, hoje falecido, mas que foi liderança da comunidade. Os autores apontam que

Eduíno guarda sementes de ervilha e de milho crioulo, entre outras, para plantar no próximo ano. Estas sementes são apresentadas com alegria, acompanhadas da sua história. Embora sua propriedade tenha apenas cinco hectares, é muito diversificada, direcionada ao autoconsumo e com práticas que seguem os princípios da Agroecologia, como costuma ocorrer na comunidade.

Entretanto, como em várias outras comunidades quilombolas e rurais de forma geral, alguns conhecimentos e práticas também estão se perdendo. Em entrevista, uma liderança da comunidade relata que o ofício de benzedeira não está mais presente na comunidade, pois a senhora que fazia, atualmente não exerce mais a função e não houveram sucessoras ou sucessores.

Dentre das atividades exercidas na comunidade ao longo dos anos, foram citadas a cavalgada ecológica, evento que reunia membros da comunidade e pessoas de fora, o qual não

ocorre mais devido aos gastos relacionados ao trato dos animais, outro evento eram os encontros de gaitero, momento de companheirismo e integração entre as famílias. Atualmente uma das preocupações da comunidade está relacionada em formas de integrar ainda mais os jovens, demonstrando assim, a importância deste território e sua história. Costa (2019) em sua pesquisa evidenciou esta preocupação, principalmente relacionada ao ato de transmitir aos filhos responsabilidades, sem atrapalhar o seu desenvolvimento e seu tempo de infância, mas que seja uma forma de integrá-los aos costumes e rotinas da comunidade.

Em entrevista com a liderança e até mesmo em visitas a comunidade, foi possível observar como a ancestralidade é um dos componentes importantes para estes indivíduos, fato que contribui para que anualmente sejam realizados encontros da família Vaqueiro, reunindo famílias integrantes da comunidade com as demais, reforçando os laços de parentesco.

Nesse sentido, para os membros desta comunidade, o território, os saberes e as tradições são os principais elementos que os integram e fazem ser quem são, através de sua história se auto reconhecem como negros quilombolas e buscam assim lutar por seus direitos afim de ocupar espaços na sociedade, gerando ferramentas para um futuro melhor.

## 2.6 COMUNIDADE QUILOMBOLA CALEIRA

A Comunidade Quilombola Caleira está situada no município de São Gabriel a uma distância de 50 km do centro da cidade (figura 2), sendo esta de uma estrada não pavimentada. Neste local atualmente residem 46 famílias, tendo de 3 a 5 pessoas em cada núcleo familiar, em áreas de dois a 20 hectares.

Figura 4- Estrada que leva até a comunidade Caleira





Fonte: Google (2021).

Segundo liderança, estas áreas foram adquiridas ou herdadas por seus antepassados. A origem da comunidade está vinculada a Estância Águas Claras, conhecida na região como Estância do Gaúcho (figura 4). Conforme os relatos dos mais antigos da comunidade, esta estância possuía mão de obra escrava, assim, quando estes escravos saíram, muitos deles compraram ou ganharam terras. Já o fato da comunidade receber o nome Caleira, está vinculado ao fato deste local ter sido ponto de extração de calcário, que em tempos passados também contribuiu para a renda destas famílias.

Figura 5 - Placa informativa na localidade



Fonte: Autor, 2021.

Quanto a organização da comunidade como remanescente de quilombo, teve seu início nos anos 2000 por meio de um grupo de professores do município que em seguida teve o apoio da Emater/RS a qual deu todo suporte, que contribuiu para a emissão do certificado no ano de 2016. Antes, os membros da comunidade se identificavam como agricultores familiares, devido a sua atividade no campo, o processo de reconhecimento como quilombola foi sendo realizado aos poucos, o que pode ser observado na comunidade, em que agora todos se reconhecem como quilombolas.

Em relação as moradias, em sua maioria são de alvenaria, restando somente uma de madeira, espalhadas pela área da comunidade, todas com acesso à energia elétrica e água. Contudo, nesta área não estão situados somente os membros da comunidade, pois como alguns já venderam suas terras, e em algumas partes, estão inseridas as famílias de imigração alemã, as quais eles mantêm uma relação de cooperação e solidariedade, principalmente nos momentos de trabalho.

Em relação a população, atualmente as duas pessoas mais velhas da comunidade estão com 87 e 77 anos, os demais estão na faixa dos 45 a 55 anos, além disso, jovens que vivem na comunidade são poucos, isso se deve ao fato de que para cursar o ensino médio esses indivíduos precisam ir até a cidade e como devido ao baixo número de alunos, o transporte não realiza esse trajeto.

Atualmente as famílias desta comunidade realizam a produção de bovinos de corte, aves e suínos, para autoconsumo, além disso, mantêm uma agricultura de subsistência. Como fonte de renda, essa população vive da aposentadoria, da venda da sobra de produção e da venda da mão de obra para fazendas, neste caso, são os homens da comunidade que saem para trabalhar e as mulheres permanecem trabalhando com os animais e plantações, além de cuidarem dos filhos.

Uma segunda possível fonte que já foi utilizada pelas mulheres da comunidade, era a produção de pães e bolachas para venda na feira da escola, através dos equipamentos adquiridos por meio de projetos da Emater/RS, essas mulheres se reuniam uma vez na semana, cada uma colaborando com uma quantidade de ingredientes para confecção, contudo, segundo relatado, começaram algumas desavenças entre o grupo, fazendo com que a atividade fosse encerrada.

A respeito da religiosidade, nesta comunidade encontram-se evangélicos, católicos e de matriz africana, existindo um espaço para realização de cultos e missas.

Dentro da sede da comunidade foi observada a presença de uma santa católica, esse comportamento é consequência do processo histórico do povo negro escravizado no Brasil, como foi apontado anteriormente ao tratarmos da identidade quilombola, pois, muitas vezes

essa população antes de embarcar já eram batizados com nomes cristão, assim, sendo convertidos para a fé dos senhores da época, ou ainda, poderiam ser batizados quando chegassem no porto, antes de desembarcar, para que desta forma, fossem comercializados já convertidos (OLIVEIRA, 2001, p. 18).

Em relação aos conhecimentos tradicionais, ancestrais, a comunidade ainda possui uma benzedeira, a qual já está com uma idade avançada, porém, a liderança comentou que sua irmã, recebeu este dom de benzer, que desde muito nova ela apresentava esse “poder”, mas que devido a sua religião e a outras questões, acabou não explorou esse dom. Ainda neste campo, foi citado o uso das ervas medicinais, sendo que este saber foi passado de geração em geração, assim, permanecendo no cotidiano das famílias, em relação a sementes crioulas, nesta comunidade não foi observado a existência.

Enquanto atividades recreativas e de confraternização realizadas pela comunidade, a liderança comentou sobre um almoço em alusão ao dia da consciência negra (figura 3), onde todas famílias da comunidade e algumas pessoas de fora participam deste momento, ela aproveitou para salientar, que para esse evento cada família colabora doando um pouco de alimento, fazendo com que todos participem sem a necessidade de cobrar alguma taxa.

Figura 6 - Almoço em alusão ao dia da consciência negra



Fonte: Emater/RS 2018.

Em relação ao futuro da comunidade, a liderança apresentou uma certa preocupação, visto que a comunidade possui atualmente um número elevado de idosos, os quais já estão aposentados, e um número muito baixo de jovens e crianças, segundo ela, isso acaba por dificultar em algumas ações e projetos.

## 2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas Ibicuí da Armada e Caleira, tem sua origem parecida, pois ambas estão situadas em terras adquiridas por seus antepassados, que no caso, foram escravos que formaram suas descendências em terras próximas as antigas fazendas de senhores. Essa relação entre quilombolas e senhores, segue até os dias atuais, seja na prestação de serviços, ou na compra de suas terras, como foi o caso de membros da comunidade de São Gabriel.

Contudo, essa não é a realidade de muitas comunidades quilombolas do Brasil, pois em sua maioria não possui o título de suas terras, acarretando na possibilidade de retirada de suas terras, devido ao modelo de desenvolvimento econômico, o que gera para essas comunidades a perda de suas fontes de sobrevivência, além disso, a perda da manutenção de suas redes de relações, e todo o sentimento por trás destes territórios (JORGE; BRANDÃO, 2012).

Ao se tratar de território, vale ressaltar que o seu conceito não está preso somente na ideia de um espaço ou local determinado, mas a uma gama de significados e símbolos, gerando nestes seres o sentimento de pertencimento, no qual, mesmo aqueles que saem em busca de melhores condições, seguem afirmando que aquele é seu espaço, que sua origem é lá, que pertencem a este espaço (EGGERT; OLIVEIRA 2018). Esse elemento pode ser observado nas comunidades analisadas, no caso de São Gabriel, a liderança atual por alguns anos esteve fora da comunidade, mas comentou que sempre manteve desejo de voltar para sua terra.

Quanto as relações de afeto, as quais são as geradoras do reconhecimento na primeira esfera de Axel Honneth, pode-se constatar um papel fundamental das mulheres nestas comunidades, as quais produzem um vínculo e laço muito forte com suas gerações, buscando a manutenção de suas famílias, e conseqüentemente das comunidades.

Esses vínculos foram observados nas dinâmicas entre os papéis de ser mulher, mãe, esposa e liderança, o que resulta em seus filhos com desejo de permanecer na comunidade, identificando como quilombola e tendo orgulho daquele espaço.

O mesmo não é possível afirmar nas outras dinâmicas familiares, devido as diversas dificuldades da pesquisa, como a pandemia, as distâncias das comunidades, o tempo para pesquisa e dentre outros que foram surgindo ao longo do tempo da pesquisa.

Quanto a ancestralidade, pode-se observar na comunidade Ibicuí da Armada, uma lembrança viva de sua história, seja ela contada pela liderança, seja pelos membros da família Vaqueiro, já no caso da Caleira, devido a uma série de fatores, percebe-se que aos poucos sua história vai sendo esquecida, muito se deve ao fato de que os mais velhos estão falecendo, e até o momento a comunidade não possui um registro contando sua história para que fique para as próximas gerações.

Outra realidade destas comunidades está em relação a sua manutenção, pois, em ambos os casos, o número de jovens é baixo, sendo que ainda, muito destes tem saído para realizar seus estudos, morando na cidade e passando os finais de semana na comunidade, ou aqueles que tiveram que mudar-se para outro município.

Por fim, foi possível identificar traços que compõe a identidade destas comunidades as tornando únicas, pela sua história, conhecimento, membros, mas algo que as une, é o desejo por melhores condições, por isso, sempre estão lutando, buscando conquistar mais direitos, benefícios para sua população, afim de que esse espaço seja sempre visto como a casa de todos, um local com laços de confiança e solidariedade.

Nesse sentido, pode-se observar também, como esta identidade é importante para eles, em ambas as comunidades, seus membros se reconhecem como quilombolas, e transmitem esse conhecimento para sua prole, demonstrando assim, a importância de se reconhecerem e identificarem quanto quilombolas, seja para acessar políticas públicas, seja para defender sua história.

## 2.8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, S.G. **As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2011, vol. 14, n. 1, pp. 127-143.

ANJOS, R; S. A. **Quilombos – Geografia Africana, Cartografia, Étnica, Territórios Tradicionais.** Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009.

BEM, A. S. **O lugar da comunidade na teoria do reconhecimento de Axel Honneth.** Contemporânea v. 10, n. 1 p. 249-272 Jan.–Abr. 2020

- BENCKE, G. A; CHOMENKO, L; SANT'ANNA, D. M. **O que é o Pampa?** 2020. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/154231/1/Nosso-PampaDesconhecido-1.pdf>. Acesso em: janeiro 2022.
- CALHEIROS, F. P; STADTLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Revista Katálysis**, 13(1), 133-139.2010 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/16.pdf>. Acesso em: janeiro 2022
- CAMPOS, M. C.; GALLINARI, T. S. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista Nera**. V. 20, n. 35, p. 199 – 217, 2017.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. V. 2. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COELHO, L. P; MESQUITA, D. P. C. **Língua, cultura e identidade: conceitos intrínsecos e interdependentes**. Entre letras, Araguaína/TO, v. 4, n. 1, p. 24-34, jan./jul. 2013
- COSTA, C; BECKER, C; NESKE, M; BUNDE, A. **Saberes tradicionais: frutos da proximidade com a natureza na Comunidade Quilombola Ibicuí da Armada**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13. N° 1, Jul. 2018.
- COSTA, J. R. O Bem viver na comunidade quilombola Ibicuí da armada em Santana do Livramento- RS. **Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)** – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Desenvolvimento Territorial e Agroecologia – UERGS, Santana do Livramento, 2019.
- COSTA, J. R. Território negro em Santana do Livramento: espaços de memória, representações socioculturais e emancipação social da comunidade quilombola Ibicuí da Armada. 2016. 72 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- EGGERT, E; OLIVEIRA, H.L. **Dádiva e reciprocidade: dimensões simbólicas na manutenção e reconfiguração dos territórios quilombolas de Arvinha e Mormaça**. In: TEDESCO, J.C., SEMINOTTI, J.J., and ROCHA, H.J., ed. Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas [online]. Chapecó: Editora UFFS. p. 260-290. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788564905764.0009>. Acesso em: janeiro 2022
- EMATER RS. **Comunidades Quilombolas do Pampa**. Não publicado, 2019.
- FURTADO, M. B; PEDROZA, R. L. S; ALVES, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 106-115, 2014.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HEGEL G. W. F. **Jenaer Schriften**, 1801-07. Werke in 20 Bänden (vol. 2). Frankfurt: Suhrkamp. 1970

HONNETH, A. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JORGE, A.L; BRANDÃO, A. Comunidades quilombolas, reconhecimento e proteção social. 2012.

LIRA, E. R; NETO, O. B. R. **O território e a identidade quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo**. Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários. vol. 2 n. 2. P. 36-56 dez/2016

MAIA, R. **Identidades coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças**. Revista Contra campo, v. 0, n. 05, 2000.

MAZURANA, J.; DIAS, J. E.; LAUREANO, L. C. **Povos e comunidades tradicionais do pampa**. 1. ed. atualizada. – Porto Alegre: Fundação Luterana de Diacomina, 2016.

MEAD, G. H. **Mind, Self, and Society. Works of George Herbert Mead**. Vol. 1. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1934.

MIRANDA, S. A. **Quilombos e educação: identidades em disputa**. Educar em Revista [online] v. 34, n. 69, p. 193-207. 2018.

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, 17(50), 369-383. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a07.pdf>. Acesso em: janeiro 2022.

MOURA, M. G. V. Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa. **Tese de Doutorado** em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.

MUNANGA, K. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP, São Paulo. p. 56-63 Dez-Fev 95/96

NETO, J. A. C. A. **A categoria “reconhecimento” na teoria de Axel Honneth**. Argumentos, Ano 3, Nº. 5 – 2011.

NUNES, G. H. L. **Mulheres negras em seus protagonismos: paradoxos em relação ao gênero**. Artigo apresentado Doutora em Educação pela UFRGS e professora adjunta do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação/ UFPEL-Universidade Federal de Pelotas 2019.

O'DWYER, E. C. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. **Revista TOMO**, n. 11, p. 43-58, 2007.

O' DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 296p. 2002.

OLIVEIRA, R. **Uma história do povo Kalunga**. Brasília: Ministério de Educação -MEC, 2001.

PEREIRA, A. S.; OLIVEIRA, F.V. O quilombo de Bananal e a questão da identidade histórica. Programa de Pós-Graduação em História – UFES. Dimensões. v. 21.p. 13-40. 2008

SCHIMITI, J; FELDHAUS, C. **A importância da esfera familiar na eticidade democrática na concepção teórico crítica de Axel Honneth.** Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência, Rio de Janeiro, v. 11, nº 1, p. 162-189, 2018.

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR. **Programa Brasil Quilombola.** Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/.arquivos/pbq.pdf>. Acesso em: janeiro 2022.

SILVA, J. C. S. **Alex Honneth e a Teoria do Reconhecimento: breves considerações introdutórias acerca de Hegel, Mead e Winnicott.** Anãnsi: Revista de Filosofia, Salvador, v. 1, n. 2, 2020.

SOUZA, B. O. Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2008.

VALENTIM, R. P. F; TRINDADE, Z. A. Modernidade e comunidades tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 295-308, 2011.

### **3 A TRAJETÓRIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS A PARTIR DO RECONHECIMENTO JURÍDICO ATÉ O ACESSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

#### **3.1 INTRODUÇÃO**

Viver no Brasil é viver em uma sociedade com frequentes demonstrações de preconceito, destacando-se o machismo, a homofobia e, claro, o racismo os últimos anos essas manifestações têm sido acentuadas devido a mudanças políticas. Tal qual a filósofa política alemã Hannah Arendt descreveu abordando as emoções expressas pelo oficial nazista em seu



juízo em Israel, quando questionado a respeito das diversas mortes, que para ele, se tratavam simplesmente do cumprimento de ordens, no Brasil, parcela da população acredita estar somente expressando sua opinião, mesmo que esta esteja indo contra os direitos dos outros indivíduos, no caso, as minorias (negros, povos tradicionais, lgbtqi+).

Entretanto, esta violência não é fruto dos tempos atuais, ao contrário, ela está presente desde os primórdios, quando o Brasil ainda era uma simples colônia de exploração, o que se analisarmos mais profundamente, permanece sendo, mesmo que hoje sejamos uma nação. Na história brasileira encontramos um passado marcado pela dor e sofrimento, começando pelos nativos desta terra, passando pelos negros escravizados, mulheres, homossexuais, chegando na atualidade, ainda combatendo a homofobia, o racismo, o feminicídio, a xenofobia e muitas outras questões.

Por outro lado, parcelas da população começaram a entender e buscar mudar seus pensamentos sobre determinadas questões. Isso deve as ações dos inúmeros coletivos e movimentos sociais, que lutaram e ainda lutam por direitos para todos, mas principalmente para as minorias, na busca de melhores condições, através da implementação de leis, políticas públicas, programas governamentais e muitos outros.

Neste trabalho, ao tratarmos de minorias estamos falando da população negra, no caso, de comunidades negras rurais. Somente a partir da década de 1970 acontece a retomada do conceito de quilombo, a partir da trajetória dos movimentos sociais, buscando por meio da memória transmitir a história, afim de que estes espaços se tornassem um símbolo de afirmação social, política, cultural e identitária (DOMINGUES; GOMES 2013). Em sua luta essas comunidades buscam a regularização fundiária, o acesso à educação, saúde, saneamento básico, dentre outras demandas.

Segundo os dados de 2020 da Fundação Cultural Palmares, existem no território nacional 3.432 comunidades remanescentes de quilombos, sendo 169 no Centro-Oeste, 2169 comunidades no Nordeste, 366 no Norte, 536 no Sudeste e 192 no Sul. Reconhecidas recentemente, pouco se sabe sobre a maioria dessas comunidades, bem como sobre as políticas públicas acessadas pelas mesmas.

Visando contribuir nesse âmbito, este artigo aborda o reconhecimento e o acesso a direitos das comunidades quilombolas Ibicuí da Armada e Caleira, respectivamente, dos municípios de Santana do Livramento e São Gabriel, ambas situadas na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, iniciando a discussão sobre a sua formação, até o reconhecimento de suas especificidades socioculturais e históricas.

Para tal, como ferramentas metodológicas foram utilizadas a consulta de documentos, entrevistas com as lideranças das comunidades, funcionários da Emater/RS, além de pessoas envolvidas no processo de reconhecimento das comunidades. Estes encontros ocorreram entre os meses de setembro e outubro do ano de 2021. Além disso, para melhor compreensão da temática, foram feitas busca em materiais como livros, artigos, documentos publicados e não publicados.

Este artigo além desta introdução também possui outras quatro sessões, sendo a primeira a respeito das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, seguido por um breve resgate da teoria do reconhecimento (esfera do direito) de Axel Honneth, na sequência as experiências das Comunidades Quilombolas Ibicuí da Armada e Caleira e por fim as considerações finais.

### 3.2 UM BREVE RESGATE DA TRAJETÓRIA DA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Na história da América Latina, o termo direcionado as comunidades negras foi variado, conforme cada local, como “palanques” na Colômbia, “marrons” em Cuba, “cumbes” na Venezuela, já no Brasil essas comunidades foram denominadas de “quilombos ou mocambos” (CARVALHO; LIMA, 2013). O significado dessa palavra está atrelado a história e a diferentes períodos políticos do país. No período colonial, por meio de uma consulta do rei de Portugal ao Conselho Ultramarino foi definido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (ALMEIDA, 2002).

Nesse sentido, a legislação colonial e a imperial definiram quilombo como agrupamentos de dois ou três negros fugidos, entretanto, a noção de quilombo não dever ser analisada somente pela ótica de casos de fuga e refúgio de escravos, mas sim, a formação de grupos familiares, que por meio da cooperação e solidariedade buscaram uma produção autônoma e livre, simbolizando uma resistência ao sistema escravocrata. Para Litte (2003, p. 256) o conceito de quilombo precisa incorporar os diversos contextos, trazendo os processos de acomodação, apropriação, como o caso da “apropriação efetiva das grandes propriedades que entraram em decadência ou faliram”.

Portanto, historicamente, a população negra do Brasil buscou alternativas para sua resistência e sobrevivência, tanto no período da escravidão quanto após a lei Áurea de 13 de maio de 1888, a qual declarava extinta a lei de escravidão no Brasil. Após essa data um grande

número de pessoas ficou à margem da pobreza, fazendo com que nas primeiras décadas do século XX essa população se deslocasse permanentemente, uma espécie de campesinato itinerante, buscando locais onde pudessem realizar parcerias para trabalhos e moradia, fruto da falta de uma política para realocar esta população que agora estava livre (GOMES, 2020).

Outro elemento que contribuiu para a manutenção deste cenário, foi a criação da Lei nº601 de 1850 (Lei de Terras), a qual estabelecia regras para a posse de terra, onde somente brasileiros tinham direito a ter terras em seu nome, já os libertos, no caso, os ex-escravos não tinham direito a possuir terras. Devido a essas restrições e distinções, mesmo os negros que herdaram ou realizaram a compra de suas terras, e tendo posse de testamentos e documentos, acabaram sendo expulsos destes locais (LOBÃO, 2014).

Contudo, desde a instauração da República em 1889, o termo quilombola desapareceu das leis brasileiras, até o ano de 1988, quando houve a primeira revisão da Constituição (LOBÃO, 2014). No artigo 68 da Constituição de 1988, ao estabelecer que as comunidades remanescentes de quilombo devem receber título de terras, este mesmo artigo não determina o prazo para isso e muito menos o processo para identificação ou reconhecimento destas comunidades. Somente em 2001 foi criada uma lei federal na busca de regular a questão das terras das comunidades quilombolas.

Além da Constituição, outras medidas e organizações foram sendo criadas para contribuir na manutenção das comunidades quilombolas, como foi o caso da criação da Fundação Cultural Palmares – FCP (1988) que trabalha no combate ao racismo e pela preservação da cultura afro-brasileira. Em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, para atuar na formulação de políticas públicas, promovendo a cooperação entre instituições e órgãos nacionais e internacionais, públicos e privados.

Além disso, os decretos de 2001 e 2003 os quais tinham o intuito de estabelecer as diretrizes para o regulamento das comunidades remanescentes, tratando dos procedimentos que envolviam a identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas. Também foi por meio do decreto de 2003 que o governo federal concedeu ao Instituto Nacional de Reforma Agrária a responsabilidade de conduzir os processos de demarcação de titulação de terras (LOBÃO, 2014).

Silva (2018) aponta que existem muitos entraves para efetivação dos direitos para a população quilombola, exemplifica citando a falta de antropólogos no INCRAe nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), além disso, o difícil acesso a informações pela população quilombola, dentre outros fatores.

O Quadro 2 apresenta medidas tomadas pelos diferentes governos, para reconhecer e regularizar o acesso das comunidades quilombolas a suas áreas.

Quadro 3 - Leis e decretos voltados aos territórios das Comunidades Quilombolas no Brasil

<b>Certificação e Titulação</b>	Constituição Federal de 1988 Artigos 215 e 216 da Constituição Federal Direito à preservação de sua própria cultura; Artigo 68 do ADCT Direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos
	Convenção 169 da OIT (Dec. 5051/2004) Direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais
	Portaria FCP nº 98/2007 Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares.
	Decreto nº 3.912, de 2001 Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas.
	Decreto nº 5051/2004 Promulga a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
	Decreto nº 4.887, de 20 novembro de 2003 Trata da regularização fundiárias de terras de quilombos e define as responsabilidades dos órgãos governamentais
	Instrução Normativa INCRA nº 57/2009 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Fonte: Fundação Palmares 2022.

Em relação a políticas públicas, foram implementados a portaria do Ministério da Educação nº389/2013, a qual criou o Programa de Bolsa Permanência, a qual está voltada à concessão de auxílio financeiro aos estudantes, viabilizando a permanência de estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além disso, por meio desta iniciativa espera-se uma democratização do acesso ao ensino superior.

Também foi implantada a portaria do INCRA nº175/2016 que reconhece os agricultores familiares remanescentes de quilombos como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária- PNRA, este programa tem como objetivo promover a melhor distribuição de terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social

No período mais recente, dentre as agências e programas criados, um dos mais importantes é o Programa Brasil Quilombola. Nele estão previstas as ações voltadas para a melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos. Este programa está dividido em quatro eixos. No primeiro estão presentes questões relacionadas ao acesso à terra, certificação e regulamentação fundiária; o segundo conta com os aspectos de infraestrutura e qualidade de vida, através de ações relacionadas aos programas voltados ao acesso a água e o “Luz para Todos”; o terceiro eixo é o voltado para o desenvolvimento local e inclusão produtiva por meio do Programa de Cisternas, assistência técnica e inclusão rural quilombola, Selo Quilombola e programas voltados à segurança alimentar; o último eixo é voltado para a cidadania e direitos, tendo programas como o de educação do campo, saúde básica da família dentre outros (SEPPPIR, 2013).

Portando, mesmo que alguns direitos tenham sido conquistados, como os à proteção e desenvolvimento social, a população negra e quilombola continua tendo seus direitos violados, seja por condições precárias de vida, ou pela ameaça de perder seu território devido as disputas políticas entre grandes proprietários e o Estado, sendo acentuadas nos últimos cinco anos, Por isso a necessidade do debate a respeito da reforma agrária atrelado as temáticas raciais, aumentando a visibilidade nacional, mobilizando os movimentos sociais, universidade, institutos e outros órgãos, afim de promover uma transformação estrutural, modificando as realidades desta população.

### 3.3 AXEL HONNETH E A ESFERA DO DIREITO

Para melhor compreendermos como Axel Honneth apresenta sua teoria, faz-se necessário realizarmos um pequeno resgate histórico, de como alguns autores trabalharam a temática, principalmente os membros da Escola de Frankfurt. Karl Marx e Max Horkheimer tinham como centro de suas pesquisas a busca por capacidades emancipatórias, por meio da realidade social procuravam condições para uma transformação (JAY, 1996).

Mais adiante, Horkheimer (1992) fez algumas alterações em suas pesquisas, principalmente no que tange aos atores sociais, saindo um pouco do proletariado, como assim era definido nas pesquisas anteriores, contudo, devido a essas mudanças passaram a não acreditar na possibilidade de emancipação. Contudo, essas alterações na verdade são formas de atualizar o diagnóstico crítico do tempo presente, em razão das transformações históricas, como foi o caso dos ensaios de Max Horkheimer sobre a “Teoria Tradicional e a Teoria Crítica” de 1937.

Nesse sentido, na geração seguinte, principalmente com o teórico Jürgen Habermas, o mesmo faz modificações na busca de dar uma maior atenção à política democrática, pois ele acreditava que procedimentos democráticos tinham um potencial de emancipação (HABERMAS, 2011). Axel Honneth assim como Habermas, também apresentou sua própria teoria, buscando mecanismos para solucionar as lacunas, ou os elementos pouco explorados, afim de traçar um novo rumo para a Teoria Crítica. Assim, Honneth coloca no centro de suas pesquisas os conflitos sociais (HONNETH, 2003).

Para formulação da teoria do reconhecimento Honneth assume alguns pontos dos estudos do jovem Hegel. Para ele, na sociedade moderna existem três esferas para integração e reprodução social, sendo elas a família (amor), o estado (direito) e a sociedade civil (solidariedade), assim, por meio do reconhecimento intersubjetivo é que são produzidas autoconfiança, autorrespeito e a autoestima (SOBOTTKA, 2013).

Na esfera do direito Axel Honneth segue algumas referências de Mead e Hegel, principalmente relacionadas ao fato de que para esses autores, “só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando sabemos quais obrigações temos de observar em face do outro” (ALBORNOZ, 2011, p. 137). Assim, o sujeito só é livre “se encontra no marco de práticas institucionais a um outro, com o qual se vincula numa relação de reconhecimento mútuo porque pode ver nos objetivos deste uma condição da relação de seus próprios objetivos” (Honneth, 2014, p. 86).

Dessa maneira, tanto para Hegel quanto para Honneth, o direito é visto como uma garantia de liberdade negativa, a qual assegura ao indivíduo uma espécie de proteção universal

onde ele dispõe de seus direitos (com o qual gera uma relação de autorrespeito) sem que necessite de um vínculo cooperativo com os demais membros da comunidade (SILVA, 2017).

O autorrespeito gerado por meio das relações jurídicas resultam em uma “consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros” (HONNETH, 2003, p. 195). Para tanto, os sujeitos necessitam estar em condições adequadas para que possam desenvolver autonomia, decidindo racionalmente sobre questões morais, pois, caso contrário, a violação dos direitos subjetivos, produz uma lesão da expectativa intersubjetiva, acarretando em uma situação de perda e privação de direitos, fazendo com que os indivíduos não se vejam mais iguais com os demais (HONNETH, 2009).

Ricardo Frabino Mendonça ao analisar o modelo de reconhecimento de Axel Honneth de uma teoria da justiça, afirma que

As relações de direito, por sua vez, pautam-se pelos princípios morais universalistas construídos na modernidade. O sistema jurídico deve expressar interesses universalizáveis de todos os membros da sociedade, não admitindo privilégios e gradações. Por meio do direito, os sujeitos reconhecem-se reciprocamente como seres humanos dotados de igualdade, que partilham as propriedades para a participação em uma formação discursiva da vontade (MENDONÇA, 2007, p. 172).

Assim, Honneth (2020, p.160) considera que o sistema de direito moderno é uma estrutura institucional, na qual em razão da generalização de normas fundamentais os sujeitos podem ser incluídos, revertendo em um aprendizado capaz de torna-los iguais e livres. Logo, só há autonomia se existir o reconhecimento do outro, em uma espécie de reciprocidade simétrica.

Ao longo da história do direito, no século XVIII existiam direitos liberais da liberdade, no século XIX eram os direitos políticos de participação, já no século XX são os direitos sociais e bem-estar, demonstrando assim a evolução onde a integração do indivíduo é o fator essencial para a consolidação de uma pessoa de direito (SALVADORI, 2003).

Em vista disso, Honneth reconhece as mudanças na sociedade e como estas interferem nas relações de reconhecimento, pois, no caso do sistema jurídico não são mais atribuídas exceções e privilégios a pessoas devido a sua função ou status, dessa maneira, o direito deve combater qualquer tipo de atitude ou ação que vise beneficiar alguém devido ao seu status, pois o direito deve levar em consideração o interesse de todos os membros (SOBTTKA; SAAVEDRA, 2020).

Para Honneth, na atualidade podemos reconhecer os demais sem a necessidade de admira-los por suas realizações, pois o reconhecemos como pessoa. No caso do reconhecimento

jurídico “o problema é determinar aquela propriedade geral das pessoas como tais, para a estima social, o que está em questão é o sistema referencial valorativo, no interior do qual se mede o valor das virtudes dos indivíduos” (ALBORNOZ, 2011, p. 138).

No caso das Comunidade Quilombolas, além do autoreconhecimento e do reconhecimento por parte de seus membros, é necessário o reconhecimento legal, o qual lhe garantirá direitos, sem a necessidade de que a sociedade ou os reconheça por suas qualidades e capacidades, mas sim, pelo direito de ser quem são, e acessar instâncias que sem este reconhecimento não seriam alcançadas, exemplo disso, está na titulação de suas terras, em políticas voltadas a população tradicional, ou a direitos básicos, como saúde, educação, moradia e saneamento básico.

#### 3.4 AS EXPERIÊNCIAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS IBICUI DA ARMADA E CALEIRA

O processo de reconhecimento da Comunidade Quilombola Ibicuí da Armada, teve seu início no ano 2002 através de ações dos profissionais da Emater/RS, contando com o apoio de membros da comunidade e agentes externos, como radialistas, advogados e associações que contribuíram na divulgação em rádios e no processo legal. No ano de 2004 a comunidade recebeu a visita da antropóloga Rosane Rubert do Programa RS Rural, a qual realizou o laudo antropológico, documento este que possibilitou no ano de 2009 a comunidade receber a certidão de autodefinição da Fundação Cultural Palmares.

No ano de 2004, a comunidade que já se encontrava em um processo de organização, recebeu recursos do Programa RS Rural, o qual tinha como objetivo investir em projetos de infraestrutura básica, geração de renda e manejo de recursos naturais financiados pelo governo do estado. No caso da comunidade foram realizadas melhorias nas moradias, aquisição de matrizes ovinas e leiteiras, construção de poços rasos.

No ano de 2006 foi implementado o Projeto Assistência Técnica Rural, promovido pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, este projeto tinha como objetivo a assistência técnica continuada e individualizada aos agricultores, o qual no ano de 2015 promoveu cursos de plantio de hortaliças, criação de bovinos e ovino, tecelagem em lã.

Em 2005 foram promovidos cursos de conservas, compostas e sobre ovinocultura por meio do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais – FEAPER, também por meio do mesmo órgão no ano de 2012 foram adquiridos tosqueadeiras



elétrica para ovinos, um fogão e um freezer para uso coletivo. No ano 2014, por meio de uma Emenda Parlamentar, foi realizada a construção da sede da comunidade (figura 1).

Figura 7 - Sede da Comunidade Ibicuí da Armada



Fonte: Autor, 2021

Desde a sua formação até os dias atuais, inúmeras foram os projetos e ações implementados na comunidade, como no ano de 2016 através da Fundação Luterana de Diaconia foi recebida uma verba no valor de 15 mil reais, com esta quantia foi realizada a instalação de sistemas de rede e distribuição de água. Já no ano de 2018 a implementação do projeto piloto da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, disponibilizando a quantia de R\$ 2.400,00 por família para a melhoria de suas atividades produtivas.

No período da pandemia do covid-19, os anos de 2020 e 2021 foram realizadas as vacinações, além disso, mesmo antes deste período, mensalmente na comunidade ocorriam os mutirões da saúde, sendo proporcionado consultas médicas e testes rápidos, também, no município no ano de 2014 foi criado o Comitê da População Negra, o qual é responsável pela realização de cursos e palestras, além de captar recursos, o que tem contribuído positivamente para um melhor atendimento das necessidades da comunidade.

No caso da comunidade quilombola Caleira, o seu processo de reconhecimento partiu de um grupo de professores municipais no ano de 2002 que ao notarem um grande número de crianças negras na escola rural do município, contataram a comunidades e começaram a organizar o processo (contando com o apoio de funcionários da Emater/RS, que logo tomaram

a frente do processo), promovendo encontros e reuniões, assim, no ano de 2016 a comunidade recebeu seu certificado de autodefinição pela Fundação Cultural Palmares.

Até o presente momento, algumas ações e projetos foram implementados na comunidade. No ano de 2005 tiveram acesso ao Programa Luz para Todos, com a instalação de redes de energia elétrica, além disso, por meio de recursos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais Quilombolas, foi realizada a construção do salão comunitário.

No ano de 2016 algumas famílias foram beneficiadas pelo Programa Brasil Sem Miséria e pelo Programa de Sementes Banrisul, como também foram realizados cursos promovidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, o qual tem como objetivo a promoção social por meio da educação profissionalizante e a assistência técnica.

Em decorrência da pandemia do Covid-19, nos últimos dois anos algumas ações foram realizadas pelas secretarias de saúde, exemplo o decreto nº 56.061, de 29 de agosto de 2021, o qual foi instituído por meio do Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde - PIAPS para qualificação da Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Rio Grande do Sul por meio de acompanhamento sistemático e repasse de recursos financeiros aos municípios, para fins de custeio e de investimento em serviços e ações de saúde, dentre os públicos atendidos, estão presentes as comunidades quilombolas (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Também foi instaurada a lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020, dispondo sobre medidas de proteção social e prevenção de contágio, criando também um plano para o enfrentamento à Covid-19, promovendo a segurança alimentar e apoio a essas comunidades (BRASIL, 2020). Essas medidas são fruto da força política dos movimentos sociais, mídia e órgãos como a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombo – CONAQ, ao constatarem o abandono dos povos tradicionais frente a pandemia, uniram-se para reverter a situação, fazendo com que quilombolas fossem considerados grupos prioritários para vacinação, além de exigir maiores medidas para com essa população.

No caso da Comunidade Quilombola Caleira, por meio do escritório municipal da Emater/RS, a mesma recebeu cestas básicas (figura 2) enviadas pelo Ministério de Cidadania em parceria com a Conab para aquelas famílias que estavam cadastradas no Cadastro Único e autoidentificadas pela Fundação Palmares, durante o período de abril a julho de 2020. Além disso, como público prioritário, toda a comunidade foi vacinada, jovens e adultos.

Figura 8 - Entrega de Cestas Básicas a Comunidade Quilombola Caleira



Fonte: Emater/RS, 2021.

Em relação a questão das políticas de saúde, visto que devido a problemas orçamentários e governamentais, o veículo responsável por levar os agentes de saúde até a Comunidade Quilombola Caleira, não tem mais realizado este roteiro, contudo, os membros da comunidade continuam tendo acesso à postos de saúde do município de São Gabriel.

As Comunidades Quilombolas Ibicuí da Armada e Caleira, possuem um histórico semelhante, acessando as mesmas políticas, como o Programa RS Rural, contando com a assistência técnica da Emater/RS a qual desempenha um papel muito além do produtivo, buscando proporcionar avanços para essas comunidades. Porém, existem aspectos que modificam o rumo dessas comunidades, isso está ligado a vivência de cada uma, e principalmente a sua organização e estrutura, exemplo, estão nos inúmeros projetos desenvolvidos pela Comunidade Ibicuí da Armada em comparação a Comunidade Caleira, como os Encontros Regionais Quilombolas, as relações com os diversos setores, tanto públicos quanto privados.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste artigo, é possível observar as mudanças geradas através dos direitos adquiridos pelas comunidades ao longo dos anos, e como ações deste tipo foram intensificados a partir dos anos 2000 até 2016, seja, por meio de leis, decretos, portarias e instituições, já nos seguintes, a postura tem sido outra, seja pela redução ou extinção de algumas políticas, seja pelo fechamento de ministérios, pastas e secretarias que destinavam políticas às comunidades quilombolas.

Em relação as comunidades estudadas, foi verificado a importância da ação dos profissionais da Emater/RS, pois em ambos os casos estiveram presentes e atuantes na consolidação do reconhecimento destas comunidades, além disso, continuam atuando na promoção de melhores condições de vida para essas pessoas, trabalhando tanto nas questões agrícolas de produção, mas também, no cuidado e assistência, para garantir que esses tenham seus direitos reconhecidos.

Ainda em virtude dessas comunidades, foi possível constatar uma grande diferença de acessos, tanto a políticas, quanto a projetos e ações em relação a Comunidade Quilombola Caleira, isso se deve ao fato de que a mesma não possui uma associação, portanto, verbas e projetos de instituições privadas acabam não chegando até essa comunidade, diferente da realidade da Comunidade Quilombola Ibicuí da Armada que por possuir uma associação tem conseguido acessar verbas e projetos de diferentes origens, como foi o caso da rede da instalação do sistema de rede de distribuição de água.

Em vista disso, pode-se constatar que o acesso só ocorre a partir do reconhecimento no âmbito legal, tendo seu início na emissão do certificado por meio da Fundação Palmares, e é através deste documento que estas comunidades começam a ganhar espaço na sociedade, o qual, também contribui para um autoreconhecimento, pois se o estado reconhece aquele núcleo como um quilombo, logo o indivíduo percebe seu lugar naquele espaço.

Contudo, o caminho para os acessos nem sempre é simples e fácil, o certificado abre um novo horizonte, porém, as comunidades precisam estar organizadas, alinhadas em seus objetivos e desejos, afim de lutar por eles, seja em âmbito municipal, estadual ou nacional.

Por fim, faz se necessárias maiores investigações a respeito da temática, visto as condições políticas atuais e suas orientações neoliberais e conservadoras, que tem gerado um grande desmantelamento de políticas públicas, principalmente voltadas a políticas sociais, no caso das comunidades quilombolas um desses efeitos está sendo a demora para a emissão de certificados de autodefinição, pois sem esse documento, não é possível acessar a nenhuma política, nem entrar com pedidos para a titulação de terras.

### 3.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, S G. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 127-143, 2011
- ALMEIDA, A.W. B. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.
- BRASIL. **Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020**. Diário oficial da união. Ed. 129. p. 1. 2020.
- BRASIL. **Portaria nº389/2013**. Ministério da Educação. Diária Oficial da união. Ed. 90, p. 12, 2013.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.
- CARVALHO, R. M. A; LIMA, G. F. Comunidades quilombolas, territorialidade e legislação no Brasil: uma análise histórica. **Revista de ciências sociais-política & trabalho**, 2013.
- SILVA, M. L. A dimensão do direito na teoria da luta por reconhecimento de Axel Honneth. **Revista Opinião Filosófica**, v. 8, n. 1, p. 357-378, 2017.
- DOMINGUES, P; GOMES, F. **Histórias dos Quilombos e Memórias dos Quilombolas no Brasil: Revisitando um Diálogo Ausente na Lei 10.639/031**. Revista da ABPN V. 5, n. 11, jul/out. 2013 p. 05-28.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades quilombolas. 2020.
- GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Ed. Claro Enigma, São Paulo, 2020.
- HABERMAS, J. **A inclusão do outro: Estudos de teoria política**. Editora Unesp. São Paulo. 2011
- HOLANDA, S B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- HONNETH, Axel. Barbarizações do conflito social: lutas por reconhecimento ao início do século 21. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 154-176, 2020.
- HONNETH, A. **El derecho de la libertad**. Madrid: Katz/Clave Intelectual.2014.
- HONNETH, A. **Crítica del Poder. Fases en la reflexión de una teoría crítica de la sociedad**. Madrid: Visor. 2009
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HORKHEIMER, M. **Traditionelle und Kritische Theorie: fünf Aufsätze**. Frankfurt am Main: Fischer, 1992.

INCRA. **Portaria nº 175, de 19 de abril de 2016.** Ministério do desenvolvimento agrário/instituto nacional de colonização e reforma agrária. Diário oficial da união. Ed. 75, p. 65, 2016.

JAY, M. **The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950.** Ewing: UC Press, 1996.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

LOBÃO, A. **Quilombos e quilombolas: passado e presente de lutas.** Mazza edições, Belo Horizonte, 2014.

MACEDO, J. P. et al. Condições de vida, acesso às políticas e racismo institucional em comunidades quilombolas. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 1-28, 2021.

MENDONÇA, R. F. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. **Revista de Sociologia e Política**, p. 169-185, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 56.061, de 29 de agosto de 2021.** Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde - PIAPS para qualificação da Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde – SUS. Porto Alegre, 2021.

SALVADORI, M. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 16, n. 1, 2011.

SILVA, A. R. F. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Revista de ciências sociais-política & trabalho**, p. 115-128, 2018.

SOBOTTKA, A.; SAAVEDRA, G A. Justificação, reconhecimento e justiça: tecendo pontes entre Boltanski, Honneth e Walzer. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, p. 126-144, 2020.

SOBOTTKA, E A. Liberdade, reconhecimento e emancipação: raízes da teoria da justiça de Axel Honneth. **Sociologias**, v. 15, n. 33, p. 142-168, 2013.

## **4 AS ASSOCIAÇÕES QUILOMBOLAS E O SEU PAPEL NO RECONHECIMENTO**

### **4.1 INTRODUÇÃO**

Durante vários períodos da história da humanidade a solidariedade e a cooperação foram os mecanismos utilizados para garantia da sobrevivência, como no caso da guerra civil na Síria, em que no ano de 2015 países como Alemanha abriram suas fronteiras para o

recebimento dos refugiados, os acolhendo, fornecendo o necessário para o seu estabelecimento e recomeço.

No Brasil esses elementos estão presentes em sua cultura há muito tempo, podendo ser observado principalmente no campesinato, onde camponeses buscam por meio da cooperação, solidariedade e confiança entre vizinhos a manutenção de suas propriedades, exemplo disso está em atividades como mutirões de trabalho, onde cada vizinho auxilia o outro em um determinado período como na colheita, fechamento de silo, e essa ajuda é retribuída quando o outro vizinho necessitar, assim havendo uma reciprocidade entre os seus, reforçando seus laços de confiança e solidariedade.

Outro exemplo está nas Comunidades Quilombolas, que em sua maioria se organizam tendo como pilares a defesa de seu território e a produção de subsistência, utilizando da cooperação e solidariedade para manutenção de suas comunidades, representando formas de “manifestações comunitárias e coletivas de trabalho e solidariedade, mesmo que em sua história o trabalho e a posse da terra tenham se degenerado para formas privadas” (CHRISTOFFOLI, 2015, p.174).

A existência destes elementos nas Comunidades Quilombolas se deve ao fato de que como forma de defesa contra as repressões, esses indivíduos se valeram do associativismo, tanto durante a escravidão como no pós-abolição, esses homens e mulheres, negros e negras buscaram por meio de um sistema de rede estabelecer negociações com uma sociedade branca e preconceituosa, no caso, a sociedade brasileira, afim de garantirem seus direitos e espaços nesta mesma sociedade (SILVA, 2010).

Como resultado desse movimento, estão os clubes de negros, que representavam a mobilização e força para a comunidade negra, pois com o associativismo é que esses indivíduos encontraram um espaço para debater questões como os direitos de cidadania, lazer e outros elementos essenciais para o desenvolvimento da sociabilidade (SILVA; XAVIER, 2019).

Nesse sentido cabe destacar como o processo de resistência da população negra, em especial a população quilombola ao longo dos anos vai muito além de uma simples reação a conjuntura social e política, mas sim, de todo um processo de “valorização da afirmação do sentido de coletividade, da garantia de reprodução social, de uma busca por justiça a partir das suas formas de existência e de redes de solidariedade que contribuem para a força de suas mobilizações políticas”(BARGAS; CAL, p. 475 2018).

Em vista disso o objetivo deste capítulo foi analisar o papel das associações quilombolas na geração de reconhecimento, autoestima e solidariedade. A partir do levantamento e análise de quais são as atividades desenvolvidas por essas associações, como ela é vista por seus

membros, por outros indivíduos, por outras instituições da sociedade, espera-se problematizar o papel e a importância das associações no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas.

O referencial teórico para a análise ancora-se na terceira esfera de Axel Honneth, onde o mesmo afirma que para que os indivíduos cheguem “a uma autorelação infrangível, os sujeitos humanos precisam, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p. 198).

Como universo empírico o estudo analisou a associação da Comunidade Quilombola Ibicuí da Armada do município de Santana do Livramento – RS. Através de entrevistas abertas com lideranças quilombolas, integrantes de movimentos sociais, parlamentares, órgão públicos como o Conselho da População Negra e funcionários da Emater/RS. As entrevistas foram realizadas durante cinco encontros presenciais entre os meses de setembro e outubro de 2021.

O presente artigo será dividido em quatro sessões, começando por essa introdução, partindo para um resgate dos movimentos sociais negros e as associações quilombolas, na sequência abordando a esfera da solidariedade e autoestima de Axel Honneth, depois apresentando a experiência da Associação da Comunidade Quilombola Ibicuí da Armada e por fim as considerações finais.

#### 4.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E AS ASSOCIAÇÕES QUILOMBOLAS

Os conceitos relacionados aos movimentos sociais sofreram e sofrem diversas modificações ao longo do tempo, fruto das mudanças culturais e da sociedade. Nesse sentido, é possível considerar que os movimentos sociais têm como objetivo alcançar uma mudança efetiva na sociedade. Para Gohn (2010) os movimentos sociais refletem os desejos e anseios de uma minoria, de um estrato da sociedade, através de questionamentos sobre a estruturas, propondo novas formas de organização, transitando em diversos espaços.

Dentro da teoria dos novos movimentos sociais, o seu objetivo é entender os indivíduos e grupos, e como estes se percebem e interpretam as suas condições materiais, procurando evidenciar o papel cognitivo, afetivo e de valores, por meio das mobilizações coletivas. Nesta vertente encontramos como principais estudiosos Alain Touraine e Alberto Melucci.

Para Touraine (1996) os movimentos sociais exercem um papel fundamental para a transformação da sociedade, tanto no âmbito cultural, quanto social. Para isso, este movimento



precisa estar articulado, afim de se distanciar de simples protestos ou ações isoladas, para esse fim, este autor definiu três princípios que norteiam os movimentos sociais, sendo eles: o princípio da identidade, onde é definido o ator; o princípio da oposição, através da identificação do adversário social e o princípio da totalidade, fazendo referência a temas culturais comuns.

Na visão de Alberto Melucci (2001, p. 23) os movimentos sociais são como sistemas de ações, com redes de relações, com diferentes níveis e significados, onde a identidade coletiva é resultado da troca de negociações, decisões e conflitos entre os agentes. Por isso, para este mesmo autor, o movimento social não é um grupo isolado, mas sim, um conjunto de grupos, que através do compartilhamento de ideias, interesses, se unem na construção da sua identidade e luta.

Nesse sentido, no que diz respeito ao movimento social negro contemporâneo, este pode ser interpretado como um novo sujeito político e coletivo, que como os demais movimentos sociais surgiu a partir dos anos 1970, como apontou Carlos Hasenbalg (1984, p. 148-149)

O movimento negro contemporâneo ressurgiu no fim de um período acentuadamente autoritário da vida política brasileira. Como o dos movimentos sociais que afloram na mesma época, seu discurso é radical e contestador. O renascimento do movimento tem sido associado à formação de um segmento ascendente e educado da população negra que, por motivos raciais, sentiu bloqueado o seu projeto de mobilidade social. A isso deve ser acrescentado o impacto nesse grupo de novas configurações no cenário internacional, que funcionaram como fonte de inspiração ideológica: a campanha pelos direitos civis e o movimento do poder negro nos Estados Unidos e as lutas de libertação nacional das colônias portuguesas na África.

Dentro do movimento social negro nasce as mobilizações quilombolas, a partir da promulgação dos direitos constitucionais das comunidades remanescentes de quilombos. Esse movimento quilombola é fundado em demandas direcionadas a um conjunto específico de indivíduos que compartilham além de suas metas coletivas, laços culturais e históricos.

Assim, as mobilizações quilombolas são marcadas pela sua reação relacionada ao seu contexto local e pela reinvenção ativa de identidade coletiva, a qual servirá para que a comunidade se identifique e lute por seus direitos (OLIVEIRA, 2009). Como afirmou O'Dwyer (1993, p.47).

A identidade histórica de remanescentes de quilombo emerge como resposta atual diante de uma situação de conflito e confronto com grupos sociais, econômicos e agências governamentais que passam a implementar novas formas de controle político e administrativo sobre o território que ocupam, e com os quais estão em franca oposição”

Como resposta as mobilizações quilombolas, está a criação de associações quilombolas, as quais desempenham um importante papel no que diz respeito ao processo de legitimação de direitos, produzindo inúmeras mudanças no contexto de vida da população quilombola, sendo “responsáveis pela reorganização social dos quilombos; reorganização que, imprimindo outra dinâmica ao modo de vida coletiva” (BEZERRA, 2012, p. 58).

Deste modo, essas associações também contribuem para uma participação política, construindo identidades e reconfigurações étnicas, o que Martin Soares considera como uma política cultural, apresentado em seu trabalho sobre as terras brasileiras, o autor afirma que esse tipo de “ política coloca o corpo das minorias em espetáculo na arena pública” e é por meio desta que se “reconstrói esse espaço de forma diferente afim de propor que através desta política que visa transformar o que é socialmente periférico em simbolicamente central” (SOARES, 2005, p. 100).

Por fim, vale destacar que o movimento negro produziu politicamente, discursos e articulou diversas demandas, principalmente as voltadas para o combate ao racismo estrutural, desconstruindo o mito da democracia racial (GOMES, 2011). Para isso, essas mobilizações utilizaram-se de um caráter não violento, visando a garantia dos direitos existentes e luta por novos, buscando assim, serem reconhecidos como componentes importantes para a sociedade e principalmente pelo Estado (OLIVEIRA, 2009).

#### 4.3 ESFERA DA SOLIDARIEDADE E AUTOESTIMA DE AXEL HONNETH

Axel Honneth em sua obra intitulada “*Kampf um Anerkennung*” publicada em 1992, o autor apresentou algumas mudanças do pensamento do jovem Hegel, baseando-se na psicologia social de George Herbert Mead, Honneth atualizou a concepção de reconhecimento de Hegel. Assim, o propósito dos estudos de Honneth são de “esclarecer os processos de mudança social reportando-se às pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco” (HONNETH 2009, p.155).

Para isso Honneth permanece utilizado as categorias do reconhecimento do jovem Hegel, sendo elas o amor, o direito e a solidariedade, pois para ele “os seres humanos precisam ainda, além de experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permitam referir-se positivamente a suas capacidades concretas” (HONNETH, 2009, p. 198). Nesse sentido, para este estudo focaremos em apresentar as ideias a respeito da esfera da solidariedade.

Nas sociedades modernas a solidariedade está ligada as relações sociais de estima simétrica entre indivíduos individualizados e simétricos, pois estas relações despertam compreensão e interesse quanto as particularidades do outro, “na medida em que cuido ativamente das capacidades do outro, cuido que aquelas suas propriedades possam desenvolver-se; logo, nossos objetivos comuns passam a ser realizáveis” (ALBORNOZ, 2011, p. 142). Assim para Honneth (1997, p. 150) tanto a sociedade quanto seus membros proporcionam “critérios segundo os quais se orienta a avaliação social das pessoas, porque suas capacidades e performances podem ser intersubjetivas estimados na medida em que cooperam na realização de valores socialmente definidos”.

Além disso, o conceito de solidariedade está atrelado as experiências de circunstâncias difíceis enfrentadas pelos grupos, como em situações de resistência contra discriminações, repressões políticas, produzindo um horizonte de intersubjetivo de valores, nos quais cada pessoa aprende a reconhecer as capacidades e potenciais dos demais (ALBORNOZ, 2011, p. 141).

Nesse sentido, a noção de solidariedade está vinculada ao padrão de reconhecimento por estar presente nas relações dos diversos grupos em que os sujeitos desenvolvem interesses mútuos mas para modos de vida diferentes, nesse movimento estimar-se solidariamente significa “que todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade” (HONNETH, 2003, p. 211).

Portando, na esfera da solidariedade Axel Honneth busca em Hegel a concepção de luta social, além da autopreservação física, o que vai gerar o reconhecimento recíproco, resultando na confirmação da identidade e singularidade do indivíduo na vida social (GIRALDO; SILVA, 2015). Assim, espera-se que nas relações intersubjetivas entre os indivíduos, suas particularidades sejam aceitas e valorizadas dentro da sociedade.

A relação com a estima social está atrelada a valorização social, pois essa forma é originada através das relações entre as qualidades das pessoas e o seu papel na sociedade, ou seja, na sua capacidade de contribuir para a estrutura e no cumprimento de seus propósitos (GIRALDO; SILVA, 2015). Para Honneth (2013) a estima social está vinculada as transformações históricas, onde as sociedades tradicionais tornam-se modernas, e nesta transição os conceitos de honra e prestígio social são transformados, onde os indivíduos buscam “aprender a medida de estima que o indivíduo goza socialmente quanto a suas realizações e suas capacidades individuais” (HONNETH, 2013, p. 206).

Para Nathalie Bressiani ao estudar a teoria do reconhecimento de Axel Honneth afirma que:

A estima social para autorrealização, é onde os indivíduos modernos dependem também de um reconhecimento social positivo da vida que escolheram como boa e das contribuições que fazem a sociedade. De acordo com Honneth, é apenas ao serem reconhecidas socialmente em suas particularidades que as pessoas se veem como valorosas e conseguem desenvolver um sentimento de autoestima, sem o qual dificilmente poderiam seguir suas vidas tal como determinaram. (BRESSIANI, 2013, p. 271).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as sociedades modernas, através das suas relações e a estima social permanecem em uma espécie de luta permanente, a qual os sujeitos e seus grupos procuram formas e estratégias de elevar os valores das suas capacidades, utilizando de meios como a força simbólica, pois neste caso, a luta pelo reconhecimento é a tentativa de aumentar a “valorização social de um conjunto de características fora dos padrões institucionalizados de estima”, através do fortalecimento e aumento da organização de movimentos sociais (JESUS, 2021, p. 9).

No caso das comunidades quilombolas, a esfera da solidariedade está vinculada a toda luta política e social enfrentada por essas pessoas, seja para a garantia de suas terras, ou em todo o processo de certificação, onde alguns membros se destacam por seu comprometimento com o grupo, o que ao longo do tempo acaba sendo reconhecido pelos demais membros da comunidade, gerando neste indivíduo uma espécie de autoestima pelas suas realizações.

Em vista disso, a autoestima pode ser considerada como fruto do reconhecimento das capacidades individuais e coletivas, começando dentro da própria comunidade, onde cada pessoa desempenha um papel importante, como na liderança, na realização de determinadas atividades, como produção de artesanato, benzedura. No âmbito coletivo, estão presentes as associações quilombolas, as quais atuam na organização das comunidades afim de garantir maiores direitos, buscando recursos, projetos, e consequentemente destacando-se nos meios em que se relaciona, gerando por fim o reconhecimento por seus membros e demais agentes externos.

#### 4.4 ASSOCIAÇÃO IBICUÍ DA ARMADA

A Associação Remanescentes do Quilombo Ibicuí da Armada foi fundada em fevereiro de 2009, tendo como princípios a legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e

eficiência; práticas de gestão administrativa que coíbam e vedem obtenção de benefícios ou vantagens pessoais; aplicação de instrumentos contábeis que sigam as Normas Brasileira de Contabilidade; publicidade através de um meio eficaz no encerramento do exercício fiscal; realização de auditorias.

Quanto aos objetivos, foram elencados 14 itens, dentre esses estão a luta contra a discriminação racial e qualquer forma de preconceito; promover a conscientização da sociedade em geral, especialmente do indivíduo afro-brasileiro, sobre o valor da cultura e da importância primordial da sua raça; divulgar e promover os direitos individuais e coletivos constantes na Constituição e demais legislações brasileiras; buscar incessantemente a participação em setores da sociedade, criando uma consciência histórica, possibilitando a integração e a solidariedade em si; promover eventos, congressos, encontros sobre a história e a contribuição da cultura negra na formação da sociedade brasileira; promover a formação de pessoas e grupos negros, capazes de ajudar e orientar os cidadãos negros no que refere aos seus direitos; preservar e resgatar a cultura, as raízes e as tradições da comunidade; incentivar a participação da juventude; promover e aplicar projetos voltados ao desenvolvimento, a proteção da identidade física e cultural dos agrupamentos humanos, moradia, defesa ao meio ambiente e os direitos sociais.

Desde a sua fundação até o presente momento diversas foram as ações promovidas pela associação, ou em parceria com outras instituições, como a Emater/RS, Prefeitura Municipal, Universidades, como a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS e a Universidade Federal do Pampa - unipampa, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense,- Ifsul, Políticas em níveis municipais, estadual e federal, dentre outros.

No caso da Emater/RS, segundo a liderança quilombola, essa instituição iniciou seu contato com a comunidade muito antes da fundação da associação, através das ações extensionistas voltadas para a produção agrícola, na sequência contribuiu para a organização e certificação da comunidade no ano de 2009, fundação da associação, e até o momento segue prestando serviços de assistência técnica, além de realizar até o ano de 2019 reuniões mensais na comunidade junto das secretarias municipais.

Já as universidades o seu contato com a comunidade começou no ano de 2013, através de uma visita da turma do curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial da uergs, nos anos seguintes começaram as parcerias para projetos e estudos, como resultado, foi elencado um projeto entre a uergs e unipampa que contribuiu na aquisição de um notebook, uma impressora e um data show (figura 5).

Figura 9 - Aquisição de equipamentos



Fonte: Associação Quilombola Ibicuí da Armada, 2019.

Já no ano de 2019 foi promovido o quinto Encontro das Comunidades Quilombolas do Pampa (figura 3), fruto de uma parceria entre a uergs, a Emater/RS, unipampa, ifsul e a Prefeitura Municipal de Santana do Livramento. Neste encontro foram debatidas as demandas das comunidades, apresentando uma reflexão sobre a conjuntura atual e os desejos para o futuro.

Para isso, como fruto deste evento foi redigido uma carta aberta (Anexo I) o qual estabeleceu alguns objetivos como, o de estreitar relações com as prefeituras municipais a fim de garantir parcerias buscando recursos federais e estaduais para desenvolver as comunidades quilombolas, assim aproximando das diversas secretarias, assistência, saúde; Debater e trabalhar com ações que visem a importância da auto identificação como membro quilombola frente a todo os sistemas de cadastro de políticas públicas; Questionar e responsabilizar o poder público sobre o avanço das mineradoras sobre as comunidades quilombolas, fato que ameaça não só a fauna e flora dessas comunidade com também os costumes e ancestralidade destes territórios; Buscar através de projetos, incentivar que o setor empresarial crie estratégias para ampliar a presença de pessoas negras em seus quadros de funcionais, em especial nos cargos de gerencia e gestão, dentre outros.

Figura 6 - V Encontro das Comunidades Quilombolas do Pampa



Fonte: Uergs 2019.

A associação também está presente nos movimentos negros do município como o Grupo Social Negros e Negras da Fronteira, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas da unipampa, Comitê da Saúde da População Negra, Conselho da População Negra e no Comitê do Movimento Negro.

No ano de 2021 a associação, juntamente com demais movimentos sociais negros e instituições participou da enquete que gerou a Frente Parlamentar em Defesa da Consolidação de Políticas Públicas Antirracistas, a qual visava reunir ações conjuntas de parlamentares no enfrentamento e combate ao racismo, buscando medidas para garantir a oportunidade de acesso a grupos discriminados, promovendo sua participação em todos os setores da sociedade, econômico, político, institucional, cultural e social.

Além disso, por ser uma associação organizada e em plena atividade, mesmo durante o período da pandemia do covid-19, a mesma estava em busca de angariar fundos para a construção de uma padaria comunitária para a comunidade, pois seria uma alternativa para a produção de pães, bolachas e demais produtos que serviriam tanto para o consumo, quanto para a venda, gerando uma renda extra.

Também, foi observado os impactos positivos da associação na vida dos quilombolas desta comunidade, pois por meio dela verbas foram repassadas no intuito de melhorar as condições de vida, seja para a aquisição de um freezer e um fogão para sede da comunidade no

ano de 2012, ou por meio de formações, como palestras sobre temas direcionados a produção agrícola e saúde, além, da criação de parcerias com o grupo Rosas de Ouro, o qual realiza um trabalho social, visando a recuperação de adolescentes, através da música e do esporte.

A associação desde sua fundação até o presente estudo realizou inúmeras ações em benefícios dos seus membros/associadas, para a sua manutenção é realizada a cobrança de uma taxa de R\$ 10,00, para as despesas com a sede, além da criação de um fundo reserva para eventuais despesas. O maior receio da associação é em relação ao futuro, para isso, neste ano assumiu a presidência da associação um jovem da comunidade, pois acredita-se no potencial dos jovens para promover a mudança e seguirem com o legado da comunidade.

Por meio da associação é diversas políticas públicas e projetos foram acessados pela Comunidade Quilombola, exemplo estão os recursos para a construção da sede no ano de 2014 por meio da ementa parlamentar. No ano de 2016 através da Fundação Luterana de Diaconia vou repassado uma verba de 15 mil reais para instalação de um sistema de rede de distribuição de água.

No ano de 2019 a partir de um projeto com o Sistema de Crédito Cooperativo - SICREDI foi instalada a rede de internet na sede da associação, pois no ano de 2014 a associação ganhou computadores. Em 2020 foram adquiridos materiais para construção de hortas, verba oriunda de um edital da FLD.

No que tange a ações sociais, a associação esteve presente na caminhada feminina pelos direitos sociais (2017), realizando palestras acerca da temática quilombola em escolas, universidades, além de eventos e encontros com o movimento negro como os realizados no dia da consciência negra.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais no Brasil causaram e ainda causam grandes impactos na vida da população, seja na abertura de espaços para diálogos, como os debates a respeito de gênero, sexualidade, racismo, ou na promoção e consolidação de direitos, na criação de leis e projetos que visem atender essas minorias, que analisadas por outro ângulo correspondem a uma maioria, pois estamos falando das pessoas LGBTQIA+, mulheres negros, pobres e demais pessoas que sofrem algum tipo de discriminação por serem quem são.

Além disso, outro efeito causado com os movimentos sociais, foi a produção de um autoconhecimento e reconhecimento, pois, por tratar destes públicos e lhe permitir a ter voz



e espaço na sociedade, é que esses indivíduos começam a se reconhecer e perceber que possuem um papel importante, seja na promoção de igualdade ou na luta por seus direitos. E é nesse ponto que entram as associações das comunidades quilombolas, pois, graças as atividades e mobilizações da população negra, que as associações começaram a ser criadas dentro das comunidades.

Como reflexo da fundação das associações está o fortalecimento dos laços que unem os membros destas comunidades, como a confiança, solidariedade e a cooperação, pois através da união de seus esforços é que ganham ainda mais força e espaços nos meios em que atuam, seja em busca de políticas públicas, ou no fortalecimento do movimento quilombola, exemplo disso está na sua participação no Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, o qual foi criado em 2015 e tem como objetivo o fortalecimento e diálogo, promovendo encontros, buscando ainda construção de instrumentos políticos de defesa dos seus direitos.

Outro efeito está na relação do indivíduo e o coletivo, pois, a partir do momento que o coletivo é reconhecido como uma força, algo importante para o funcionamento de uma estrutura, esse mesmo indivíduo começa a perceber que ele mesmo é um elo importante dentro deste mecanismo, e, portanto, começa a se reconhecer como parte deste grupo.

Esse tipo de reconhecimento também é visto nas relações com os membros da comunidade, e aqui podemos usar o exemplo da liderança quilombola da Comunidade Ibicuí da Armada, pois devido ao seu grande empenho nas atividades frente a comunidade, seja em busca da garantia de direitos, como a vacinação, ou na busca de melhorias estruturais, esta liderança é reconhecida tanto internamente pelas demais pessoas da comunidade, como externamente, sendo referência para professores das universidades, funcionários públicos, parlamentares, e demais agentes que tem ou tiveram contato com essa comunidade.

Ao gerar esse reconhecimento a pessoa sente-se valorizada por suas ações, lhe permitindo sentir a sensação de dever cumprido, e esse sentimento esteve presente na fala da liderança ao relatar que após ver a instalação e distribuição de redes água e tendo a certeza que as pessoas, principalmente as mais velhas não teriam que buscar mais água no rio, ela como pessoa e liderança sentia que poderia falecer com a convicção que fez algo por seus iguais, o que a motivou em seguir trabalhando.

Portando, assim como afirmava Honneth, que os seres necessitam de um reconhecimento além dos níveis amorosos e do direito, eles precisam da autorrealização, o reconhecimento quanto as suas ações e capacidades, pois assim, poderão sentir-se como um ser integrante daquele meio. Desta forma, no caso das Comunidades Quilombolas, somente quando atingidas estas três esferas é que realmente estas serão devidamente reconhecidas.

Uma das razões para que muitas comunidades, não sejam reconhecidas pelas suas capacidades, um pouco se deve à falta de organização destes grupos, visto que atualmente sem a existência de associações, o diálogo com setores da sociedade, tornam-se cada vez mais inviáveis, principalmente se observadas as relações com setores privados como empresas, pois em muitas, existem projetos de cunho social, porém, só podem ser aplicados a organizações que tenham CNPJ.

Desta forma, este estudo contribui para a compreensão dos impactos da criação de uma associação dentro das Comunidades Quilombolas, no caso da Comunidade Quilombola Ibicuí da Armada foi através da organização da associação que a ela garantiu e garante sua participação junto aos diferentes setores da sociedade, além disso, é através desta organização que a mesma participa de editais de diferentes instituições, como Sicredi, FLD, buscando recursos para implantar melhorias irão beneficiar a vida de seus membros.

Ainda pode ser observado a importância da mesma para a legitimação do movimento quilombola na sociedade na qual ela está inserida, sendo reconhecida por meio de homenagens na Câmara de Vereadores, em datas festivas como da Consciência Negra. Além disso, com uma boa organização, essas associações tendem a ter poder escolha, decidindo quais são as suas prioridades e necessidade, tendo autonomia, não possuindo dependência com nenhum agente externo.

#### 4.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, S G. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 127-143, 2011.

BARGAS, J; CAL, D. G. R. Luta por reconhecimento, identidades e relações de poder: as mulheres no movimento quilombola. **Revista Observatório**, v. 4, n. 6, p. 475-505, 2018.

BEZERRA, A. L. S. As Associações Comunitárias de Quilombos: políticas públicas e participação política. **Congresso Português De Sociologia**. 2014.

BRESSIANI, N. Luta por reconhecimento e diagnóstico das patologias sociais: dois momentos da teoria crítica de Axel Honneth. In: MELO, Rúrion. **A teoria crítica de Axel Honneth: reconhecimento, liberdade e justiça**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. JESUS, L. E. S. Conflito Social e Luta por Reconhecimento: debatendo a teoria crítico-normativa de Axel Honneth. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, 2021.

- CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**, p. 169, 2015.
- CORDEIRO, L; SCHMITZ, H. Associações quilombolas. **Caribeña de Ciencias Sociales**, n. maio, 2018.
- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47, maio-ago. 2011.
- HASENBALG, C.A. Comentários “Raça, cultura e classe na integração das sociedades. Rio de Janeiro, Dados, **revista de ciências sociais**. vol. 27, n.3, p. 148-149,1984.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ. Vozes. 2001.
- MELUCCI, A. Conclusões: métodos qualitativos e pesquisa reflexiva. In: (Org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 315-338.
- O'DWYER, E. Remanescentes Quilombo na Fronteira Amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra. **Revista ABRA**, n3, vol.23 set-dez. 1993.
- OLIVEIRA, F. M. B. Mobilizando oportunidades: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola. 2009. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo,2009.
- SILVA, F. O. **Associativismo negro e a constituição de identidades étnicas e sociais em Pelotas**. 2010.
- SILVA, L. H. O; XAVIER, R C. L. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 11, p. 1-15, 2019.
- SOARES, M.. Art et créativité brésiliennes, un chromatisme revisité. **Cette terre brésilienne**, Actes du Colloque International, Université Lyon 2, pp. 91-101. 2005
- TOURAINÉ, A. **O Retorno do Actor**. Lisboa, Instituto Piaget.1996.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tratou de observar como ocorrem os processos de reconhecimento das comunidades quilombolas e como o mesmo contribuiu e segue contribuindo para o acesso e criação de políticas públicas, analisando trajetórias, vivências e experiências das comunidades e de seus membros.

Nos primeiros contatos com as comunidades foi possível verificar suas semelhanças, como a posse das terras, a distância com o município, uma liderança feminina muito comprometida em melhorar as condições de sua comunidade, mas ao mesmo tempo diferenças foram sendo evidenciadas, as quais atuam nas diferentes esferas do reconhecimento de Axel Honneth.

Na primeira esfera, a qual está relacionada as relações primárias, pode-se constatar a importância da ancestralidade para a manutenção da identidade e conseqüentemente de sua história, em uma das comunidades a ancestralidade e a sua história são elementos vivos e importantes, os quais sempre estão presentes na vida e no cotidiano das pessoas, passando de geração em geração, seja em uma roda de conversa, seja na atividade no campo, já na outra comunidade, devido a questões estruturais e organizacionais às quais levaram a esta comunidade perder um pouco deste elemento, ainda é vivo os saberes tradicionais, as histórias contadas pelos seus pais, mas a origem da sua comunidade, como e quem começou é algo que ao longo dos anos tem ficado vago na memória.

Em relação ao processo de reconhecimento, foi verificado como as histórias são semelhantes, onde um agente externo ao observar uma formação ou uma característica a qual lhe chama a atenção, como um alto número de crianças negras em uma escola rural, busca contatar esses indivíduos afim de apresentar a ideia e conseqüentemente colaborar para a organização e reconhecimento destes como remanescentes de quilombo. Tanto na comunidade de Santana do Livramento quanto na de São Gabriel a Emater/RS desempenhou um importante papel neste processo, atuando em reuniões, buscando recursos, promovendo encontros e formações.

Com a emissão dos certificados inúmeros foram os avanços para ambas as comunidades, como acesso à energia elétrica, reforma de moradias, no período da pandemia do covid-19 com a distribuição de cestas básicas, vacinação, porém, existem diferenças em alguns acessos, principalmente direcionados a saúde, visto que na comunidade Ibicuí da Armada recebe-se a visita mensal do mutirão da saúde, a qual realiza consultas, testes rápidos, enquanto a

comunidade Caleira necessita ir até os postos de saúde, contudo, existe uma verba que é destinada mensalmente para o público LGBTQIA+, indígena, ribeirinho e quilombola de cada município, os quais devem empregar afim de melhorar as condições de atendimento ou necessidades para esses públicos, para isso, faz-se necessário reuniões para melhor alocar este valor, o que não tem acontecido com a comunidade Caleira.

Um fator que contribui para essa condição da comunidade de São Gabriel, está no fato de que ela não possui uma associação, ou seja, não está totalmente organizada, o que dificulta para a comunicação dela com demais setores do município e fora dele, diferente desta realidade, está a comunidade de Santana do Livramento, a qual por possuir uma associação bem organizada, consegue conversar e debater com diferentes núcleos da sociedade, seja para reivindicar direitos e ações, ou para trabalhar em conjunto.

Além disso, é por meio desta associação que a comunidade toma decisões e busca captar recursos, a tornando autônoma, não dependente de outras instituições ou parceiros. Também por estar organizada e reconhecida dentro no município, a mesma é utilizada como referência, participando em atividades com as universidades, movimentos sociais, órgãos públicos, seja em consultas populares ou para homenagens em datas comemorativas.

Ressaltamos que inúmeros foram os desafios e limites para este estudo, começando pelo isolamento social devido a pandemia, seguido pelas distâncias percorridas entre um município e outro, o tempo na tentativa de adequar os horários e agendas dos entrevistados, seja na comunidade, seja das demais instituições.

Por fim, sugere-se um maior aprofundamento da temática, buscando ampliar o número de comunidades estudadas, afim de observar como o reconhecimento e até o não reconhecimento tem impactado no cotidiano destas comunidades. Também como está sendo o seu acesso a determinadas políticas públicas, como saúde, educação e assistência social, pois, foi observado uma mudança estrutural e política direcionado a esse público nos últimos quatro anos, o que tem impactado diretamente na vida dessa população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARGAS, J; MAIA, R. Teoria do reconhecimento e interações cotidianas: o caso das lutas dos quilombolas do Pará. **Contracampo**, Niterói, v. 38, n.2, p. 85-98, ago/nov. 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- FRASER, N; HONNETH, A. **Redistribución o reconocimiento?** Un debate político-filosófico. Madrid: Ediciones Morata e Fundación Paidéia Galiza, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, editora Atlas S.A.-2008.
- GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Ed. Claro Enigma, São Paulo, 2020.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Ed34, 2003
- LOBÃO, A. **Quilombos e quilombolas: passado e presente de lutas**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2014.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MAZURANA, J.; DIAS, J. E.; LAUREANO, L. C. **Povos e comunidades tradicionais do Pampa**. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.
- MELUCCI, Alberto. Conclusões: métodos qualitativos e pesquisa reflexiva. In: (Org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 315-338.
- MILLES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: An expanded sourcebook**. 2ª Ed. Thousand Oaks. 1994.
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- RUBERT, R. A. **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento** 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 380.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

SILVA, C. R. de O. **Metodologia e Organização do Projeto de Pesquisa**: guia prático. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET/CE): maio, 2004. Disponível em < [http://faculdaedefundetec.com.br/private/docs/manual\\_tcc.pdf](http://faculdaedefundetec.com.br/private/docs/manual_tcc.pdf)> Acesso em: 10 abril 2021.

TAYLOR, Charles. (1994), "The politics of recognition", in A. Gutmann (ed.), *Multiculturalism: examining the politics of recognition*, Princeton/Chichester, Princeton University Press, pp. 25-73.  
Estudar o MDT/UFSM

## **ANEXO – CARTA ABERTA**

### **Carta Aberta do V Encontro de Comunidades Quilombolas do Pampa.**

As Comunidades Quilombolas do Pampa, presentes no encontro supracitado, viemos por meio desta, manifestar o que segue:

Através das discussões nas diferentes mesas temáticas deste evento foi consenso que a nomeação do (nome do presidente atual) para a presidência da Fundação Palmares, configura um ato de violação, afronta e desrespeito a tudo o que esta fundação representa junto à população negra, uma vez que em suas falas leva a entender que, a população negra se vitimiza e usa do oportunismo para se promover. Nega assim toda a história de violência e privação que milhares de negros e negras são vítimas no processo de formação socio-histórico da sociedade brasileira, ainda sugerindo de forma implícita que a escravidão foi um bom negócio para os negros.

Desta forma, frente a tudo que foi exposto nos últimos dias, através dos diferentes meios de comunicação, sobre a nomeação do novo presidente da Fundação Palmares não só repudiamos veementemente suas falas sobre os diversos movimentos negros como não o reconhecemos como alguém que nos representa, outro sim entendemos que a atual presidência da fundação supracitada deve se exonerar ou então destituída.

Por meio deste documento também representamos nossa preocupação quanto as fraudes nas políticas de ações afirmativas destinadas a remanescentes de quilombolas na Universidade Federal de Rio Grande. Ocorre que pessoas que não são sujeitos de direito da política, ou seja pessoas que não pertencem, não residem e não se relacionam socialmente com nenhuma comunidade quilombola utilizam-se do argumento de autodeclaração como quilombola e de suposto parentesco com pessoas que residem na comunidade para tentar ocupar as vagas destinadas através do Processo Específico Quilombola FURG para membros das comunidades remanescentes de quilombos.

Sendo assim, através deste documento, manifestamos nosso apoio ao Coletivo de Estudantes Quilombolas da referida universidade e a Presidente da comunidade remanescente de quilombo Macanudos, Cláudia Mara Silveira que protagonizam neste momento a luta contra as fraudes nesse processo e concordamos enquanto comunidades e instituições aqui presentes que descender de quilombolas não o torna quilombola, pois consideramos ser necessário vivenciar a realidade da comunidade para construir uma identidade quilombola e por fim ser o sujeito de direito desta política.

Continuando, elencamos em tópicos as demais demandas apontadas pelas discussões:

- Formação de um grupo composto por um membro de cada comunidade quilombola, a fim de buscar, de forma conjunta, junto aos diferentes níveis de governo, a garantia dos direitos sociais destinados a nós.



- Estreitar relações com a prefeitura a fim de garantir parcerias buscando recursos federais e estaduais para desenvolver as comunidades quilombolas. Buscar aproximação com as diversas secretarias, assistência, saúde.
- Trabalhar a importância da auto identificação como membro quilombola frente a todo os sistemas de cadastro de políticas públicas.
- Questionar e responsabilizar o poder público sobre o avanço das mineradoras sobre as comunidades quilombolas, fato que ameaça não só a fauna e flora dessas comunidade com também os costumes e ancestralidade destes territórios.
- Buscar através de projetos, incentivar que o setor empresarial crie estratégias para ampliar a presença de pessoas negras em seus quadros de funcionais, em especial nos cargos de gerencia e gestão.
- Pautar o poder público para auxiliar na organização das comunidades quilombolas a fim de garantir o reconhecimento e constituição do quilombo.
- Ter participação de membros quilombolas nos diferentes conselhos para garantir a participação dos mesmos, para que suas reivindicações sejam consideradas.
- Desenvolver atividades/capacitações, em parceria com os diferentes agentes do poder público, para informar os membros dos quilombos sobre seus direitos, em especial sobre saúde e previdência.
- Buscar junto aos órgãos de fomento, a criação de linhas de crédito específicas para as comunidades quilombolas, para aquisição de maquinário agrícola, matrizes para melhoramento genético dos rebanhos ovinos e bovinos dentre outros.
- Pensar a criação de um selo quilombola, para os produtos cultivados nas comunidades, chamando os órgãos de apoio, como EMATER, UNIVERSIDADE, INCRA etc.
- Estreitar as relações com os quilombos Uruguaios, Argentinos dentre outros.
- Fiscalizar o uso dos recursos da saúde destinados às comunidades quilombolas (estabelecer parceria com as coordenadorias, regionais de saúde para propor projetos que contemplem o tratamento de doenças que atingem prioritariamente a população negra).
- Buscar junto a EMATER, na medida do possível, aumento das atividades de extensão rural.
- Pautar o poder público para melhorar as vias de acesso às comunidades quilombolas.
- Buscar e pressionar junto ao poder público a retomada dos processos de demarcação de terras quilombolas que atualmente se encontram estagnados
- Pensar estratégias para que a juventude quilombola se capacite (estude), mas não abandone a comunidade.
- Propor junto ao poder público e instituições parceiras a criação de projetos, que estimulem a geração de renda em especial para a mulher quilombola.

- Buscar provocar as escolas rurais a se credenciar como escolas quilombolas (não deixarão de atender os demais alunos não quilombolas, mas receberá incentivos para desenvolver em seus currículos questões da cultura afro, exemplo de incentivo: verba dobrada para a merenda).
- Pautar a academia a assumir através de seus currículos, de forma fática, o dever de auxiliar a formular respostas ao racismo sócio histórico em especial o racismo institucional.
- Pautar as universidades a aumentar o número de vagas por ações afirmativas nos editais específicos.
- Pressionar o poder público por criação de mais escolas quilombolas.
- Incentivar a participação das comunidades quilombolas junto aos NEABIS e demais movimentos no âmbito da academia.
- Pautar a universidade a ter em suas comissões de heteroidentificação membros dos movimentos sociais afro e indígena, de quilombolas e etc.
- Pautar a universidade a abrir espaço para auxiliar na construção dos editais específicos para a comunidade quilombola.
- Criar cartilha voltada as crianças quilombolas que conte a história, tradição e costumes dos diferentes quilombos do RS.
- Garantir a existência da instituição Emater com vista a implementação de projetos para o desenvolvimento quilombolas e outros. E apoiamos o movimento social SOS EMATER.
- Tolerância religiosa sobre as matrizes Africanas.
- Fortalecimento das entidades estaduais quilombolas e municipais com vistas a desenvolver o protagonismo e autonomia das mesmas Convenção 169 da organização de trabalhos sobre povos indígenas e tribais que os municípios observem a referida convenção sempre que adotaram medidas que possam que possa empactar as comunidades quilombolas direto ou diretamente com a realização de consulta prévia conforme artigo sexto e sétimo da referida convenção.

Um sorriso negro  
Um abraço negro  
Traz felicidade  
Negro sem emprego  
Fica sem sossego  
Negro é a raiz de liberdade

V Encontro de Comunidades Quilombolas do Pampa  
Comunidade de Remanescente de Quilombo Ibicuí da Armada novembro de 2019